

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE

CENTRO DE EDUCAÇÃO E SAÚDE

UNIDADE ACADÊMICA DE SAÚDE

CURSO DE BACHARELADO EM NUTRIÇÃO

JOCIELY ALVES LEITE DA SILVA

**VALORIZAÇÃO DE SABERES POPULARES ATRAVÉS DE
VIVÊNCIA EM COMUNIDADE: uma experiência de Extensão
Popular**

Cuité/PB

2016

JOCIELY ALVES LEITE DA SILVA

**VALORIZAÇÃO DE SABERES POPULARES ATRAVÉS DE VIVÊNCIA EM
COMUNIDADE: uma experiência de Extensão Popular**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a Unidade Acadêmica de Saúde da Universidade Federal de Campina Grande como requisito obrigatório para obtenção de título de Bacharel em Nutrição, com linha específica em Nutrição e Saúde Coletiva.

Orientadora: Profa. Esp. Luciana Maria Pereira de Sousa.

Cuité/PB

2016

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA NA FONTE
Responsabilidade Msc. Jesiel Ferreira Gomes – CRB 15 – 256

S586v Silva, Jociely Alves Leite da.

Valorização de saberes populares através de vivência em comunidade: uma experiência da extensão popular. / Jociely Alves Leite da Silva. – Cuité: CES, 2016.

56 fl.

Monografia (Curso de Graduação em Nutrição) – Centro de Educação e Saúde / UFCG, 2016.

Orientadora: Luciana Maria Pereira de Sousa.

1. Educação popular. 2. Extensão popular. 3. Comunidade. I. Título.

Biblioteca do CES – UFCG

CDU 374.1

JOCIELY ALVES LEITE DA SILVA

**VALORIZAÇÃO DE SABERES POPULARES ATRAVÉS DE VIVÊNCIA EM
COMUNIDADE: uma experiência de Extensão Popular**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a Unidade Acadêmica de Saúde da Universidade Federal de Campina Grande como requisito obrigatório para obtenção de título de Bacharel em Nutrição, com linha específica em Nutrição e Saúde Coletiva.

Aprovado em _____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA

Professora Esp. Luciana Maria Pereira de Sousa
Universidade Federal de Campina Grande
Orientadora

Professora Msc. Vanille Valério Barbosa Pessoa Cardoso
Universidade Federal de Campina Grande
Examinadora

Esp. José Adriano Freires da Silva
Secretaria Municipal de Assistência Social de Cuité
Examinador

Cuité/PB

2016

Aos meus Pais Janaina e José por todo amor e dedicação empregados para que o nosso sonho se concretizasse, meus irmãos Josy e Pedro por sempre me arrancarem sorrisos nos momentos ruins e me impulsionarem a continuar caminhado por nós quatro, meus avós maternos Pedro e Dora, e avó Maria (In memoriam) por sempre acreditarem no meu potencial quando nem mesmo eu acreditava, e por todos os valores morais transmitidos, meu amor Ronaldo por ser meu porto seguro em vários momentos e por me proporcionar uma nova e feliz fase na vida, a Todos os moradores da comunidade Hortifrutigranjeiro.

Dedico.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pelo dom da vida, pela saúde, por cuidar de mim em cada detalhe e me fazer entender que todas as coisas, boas e ruins, cooperam para o bem daqueles que o amam. Obrigada por me acompanhar.

Agradeço aos meus pais por toda dedicação imensurável que jamais caberia em linhas. Amo vocês e existo por vocês, são os meus verdadeiros amigos, minhas referências e meu orgulho, se por algum motivo fosse me dada à chance de escolher meus pais, eu os escolheria sem pestanejar. Devo-lhes tudo que sou. Muito obrigada por caminharem de mãos dadas comigo, e por vezes até me carregarem no colo. Amo-os mais que tudo.

Agradeço a minha orientadora Luciana Maria, por todo tempo e esforço empreendido para a realização deste trabalho, suas contribuições não ficarão restritas apenas a ele, levarei para vida, obrigada por sua paciência e amorosidade que sempre me acalmaram quando achei que não conseguiria concluir este trabalho com êxito.

Agradeço aos meus irmãos Josy e Pedro por dividirem a vida comigo, e colorir meu mundo com momentos tão bons, que jamais teriam a mesma importância se não fosse por vocês. Amo-os.

Agradeço ao meu amor Ronaldo por tamanha paciência, pelo carinho e cuidado, pela presença constante mesmo com a distância física, por ser meu porto seguro. Obrigada por contagiar meu mundo com sua alegria e serenidade, amo você.

Agradeço a todos meus familiares, em especial a minha tia Regina e aos meus avós por torcerem por minha felicidade. Amo vocês.

Agradeço a todos que compõem o Estágio Nacional de Extensão em Comunidades (ENEC), em especial ao professor Falcão, pois através do estágio a realização deste trabalho foi possível. Estou certa que isso contribuiu para o meu enriquecimento como pessoa e como profissional. Obrigada!

Agradeço ao Programa de Educação Tutorial (PET), em especial aos meus colegas “petianos” e minha tutora Vanille Barbosa por todo conhecimento compartilhado e por toda amorosidade dispensada a nós. Grata ao Núcleo de Pesquisa e Estudos em Nutrição e Saúde Coletiva – PENSO por toda parceria e apoio durante minha graduação. Ambos me proporcionaram um crescimento pessoal e acadêmico que jamais me seria agregado em outros espaços. Obrigada!

Agradeço as minhas amigas e companheiras de casa Jayne e Gislayne, em especial a “Gi” por todo carinho e paciência nesses anos, pelo ombro amigo e cumplicidade. A minha amiga-prima Gilbéria por sempre estar torcendo e intercedendo por mim, te amo Gil! As amigas de turma Natália, e Carolina Levarei nossa amizade para vida, obrigada por dividirem comigo tantos momentos durante a nossa graduação.

Agradeço a todos os professores e servidores da Universidade Federal de Campina Grande por toda contribuição.

Agradeço aos moradores da comunidade Hortifrutigranjeiro em Mamanguape, que tornaram a concretização deste trabalho possível, em especial a Dona Neide, Seu José Carlos e família, por terem me recebido de braços abertos, e terem me permitido construir vínculos que transcendem o nosso contato na vivência do ENEC, tenho em vocês uma nova família. Muito obrigada!

RESUMO

SILVA, J.A.L. **Valorização de saberes populares através de vivência em comunidade: uma experiência de Extensão Popular.** 2016. 56f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Nutrição) - Universidade Federal de Campina Grande, Cuité, 2016.

Ao observarmos a Educação Popular (EP) por meio de uma retrospectiva histórica, podemos entender que esse modelo de pensar educação, surgiu a partir da articulação da sociedade civil em torno da pauta da educação no Brasil. Fortalecendo a EP, juntaram-se a ela numa tentativa utópica de transformar a realidade social brasileira, agentes sociais, dentre eles os estudantes universitários, que por meio de atividades promovidas junto às classes populares buscavam entender e estudar a realidade dos oprimidos. Um dos caminhos para a aproximação entre os universitários e a população foi a Extensão, que baseada nos preceitos da EP, nomeou-se Extensão Popular. Guiados por esses princípios críticos e problematizadores do fazer “com a comunidade” e não “para a comunidade”, surgiram projetos engajados na Extensão Popular, dentre eles o ENEC, Estágio Nacional de Extensão em Comunidades, cuja proposta é aproximar estudantes da área de saúde e afins, a realidade de comunidades por meio de vivências, e despertá-los a uma análise crítica que desconstrua a visão meramente tecnicista e biológica da academia. O presente trabalho foi desenvolvido na comunidade Hortifrutigranjeiro, através do ENEC, o objetivo da pesquisa é relatar vivência de Extensão Universitária, orientada pela Educação Popular, na comunidade Hortifrutigranjeiro-Mamanguape/PB e refletir sobre a importância da valorização de saberes populares para construção compartilhada de conhecimento. Através da metodologia qualitativa e do método “bola de neve”, onde um entrevistado chave indica outro, que indicará novos contatos até que o número de entrevistados se encerre, foram realizadas sete entrevistas. Ao comparar os resultados alcançados com a bibliografia já existente constatamos algumas semelhanças quanto às dificuldades enfrentadas por agricultores nordestinos, a exploração do trabalho, conquistas em saúde e aspectos alimentares. Diante do exposto torna-se necessário destacar a importância de aprofundar o conhecimento a cerca das raízes históricas, culturais, sociais e econômicas das comunidades que constituem a nossa localidade, a fim de promover e integrar ações que alcancem de forma útil as necessidades dos locais onde os profissionais de saúde e afins estão inseridos. Assim podemos por em prática um dos princípios da Educação e Extensão Popular: construir novos saberes, estimular o diálogo e a participação comunitária, possibilitando a transformação da realidade social.

Palavras-chave: Educação Popular. Extensão Popular. Comunidade.

ABSTRACT

SILVA, J.A.L. **Valorization of popular knowledge through community experience: a popular extension experience.** 2016. 56f. Final thesis of the course (Undergraduate Nutrition)-Federal University of Campina Grande, Cuité, 2016.

Observing the popular education (PE) through a historical perspective, we understand that this model of educational thinking, began from civil society articulation around of the agenda of education in Brazil. Strengthening the PE, it was combined to it in an utopian attempt to change the Brazilian social reality, social agents, including university students, which through activities promoted with popular levels of society aimed to understand and study the reality of the oppressed people. One of the ways of approximation between university students and population was the extension, which based on the concepts of PE, it was named popular extension. Guided by these problematic and critical principles of making "combined the community" instead "to the community", arose projects engaged in the popular extension, between them the ENEC (National Internship of extensions in community), whose purpose is to approximate, health field's students and related fields, to the community reality through the experience in the communities, and to evoke to a critical analysis that deconstructs the limited perspective biologic and technician of the academy. The present study report experience of University Extension, guided by the Popular Education in Hortifrutigranjeiro Mamanguape community and reflect on the importance of valuing of popular knowledge for shared construction of knowledge. In addition, to report the personal experience of the life in the community. Through the qualitative methodology and the "snowball" method, where a key interviewed indicates another, which will indicate new contacts until the number of the interviewed have been completed, it was performed seven interviews. When comparing the results obtained with the existing literature it was noted some similarities regarding the difficulties faced by northeastern farmers, labor exploitation, health's achievements and alimentation aspects. In face of this, it is necessary to highlight the importance to deepening the knowledge about historical roots, cultural, socials and economics from the communities which constitute our place, in order to promote and to integrate actions that reach usefully the local's necessity where health professionals and related fields are inserted. Thus, we can apply one of the principles of extension and popular education: To construct new knowledges, to stimulate the dialogue and communitarian participation, which possibility the social reality transformation.

Keywords: Popular Education. Popular Extension. Community.

LISTA DE SIGLAS

AGEMTE- Assessoria de Grupo Especializada Multidisciplinar em Tecnologia e Extensão

DENEM- Direção Executiva Nacional de Estudantes de Medicina

EMPASA- Empresa Paraibana de Abastecimento e Serviços Agrícolas

ENEC- Estágio Nacional de Extensão em Comunidades

EP- Educação popular

PAA- Programa de Aquisição de Alimentos

PBF- Programa Bolsa Família

PNAE- Programa Nacional de Alimentação Escolar

SUS- Sistema Único de Saúde

TCC- Trabalho de Conclusão de Curso

UFMG- Universidade Federal de Campina Grande

UNE- União Nacional dos Estudantes

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 OBJETIVOS	16
2.1 OBJETIVO GERAL.....	16
2.2 OBJETIVO ESPECIFICO.....	16
3 REFERENCIAL TEÓRICO	17
3.1 EDUCAÇÃO POPULAR.....	17
3.2 EDUCAÇÃO POPULAR NA UNIVERSIDADE.....	21
3.3 EXTENSÃO POPULAR.....	24
3.4 ESTÁGIO NACIONAL DE EXTENSÃO EM COMUNIDADE.....	26
3.4.1 A COMUNIDADE HORTIFRUTIGRANJEIRO NO MUNICÍPIO DE MAMANGUAPE-PB.....	27
4 CAMINHOS METODOLÓGICOS	29
5 RESULTADOS E DISCUSSÃO	31
5.1 CHEGADA À COMUNIDADE: REMEMORAÇÕES DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO E MORADIA.....	31
5.2 CONDIÇÕES DE SAÚDE E ALIMENTAÇÃO NA COMUNIDADE HORTIFRUTIGRANJEIRO.....	33
5.3 PARTICIPAÇÃO E MOBILIZAÇÃO DA COMUNIDADE.....	36
5.4 PRODUÇÃO AGRÍCOLA NA COMUNIDADE.....	37
5.5 PARTICIPAÇÃO FEMININA NA DINÂMICA DA COMUNIDADE.....	41
5.6 EXTENSÃO POPULAR E VALORIZAÇÃO DE SABERES POPULARES: UM RELATO.....	42
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	46
REFERÊNCIAS	47
APÊNDICES	51

1 INTRODUÇÃO

Ao analisarmos a Educação Popular (EP) por meio de uma retrospectiva histórica, podemos constatar que essa pedagogia nasceu articulada com movimentos sociais e debates acerca da educação no Brasil. Durante o final da década de 40, o país estava atravessando um período de transformações no modelo econômico, implantando um novo método de produção: o urbano industrial. Esse novo modo de produção atrelado à conjuntura política do Brasil, trouxe uma demanda maior por escolarização, já que a taxa de analfabetismo no país era gritante, e concentrava-se principalmente na zona rural. Com a chegada da indústria, muitos habitantes da zona rural migraram para os grandes centros em busca de trabalho, e isso gerou demanda por escolarização e qualificação, critérios do modo de produção industrial (TAVARES, 2015).

Surgiram então campanhas de alfabetização em massa, que previam a alfabetização básica em três meses, e uma mais aprofundada em 14 meses, com o intuito de após esse tempo, promover a capacitação profissional e o desenvolvimento comunitário. Algumas críticas a este modelo surgiram e outras foram se sobrepondo a elas. Concretiza-se então uma nova metodologia pedagógica, proposta por Paulo Freire. Nela a educação deveria ser pautada na realidade do educando, considerando os aspectos éticos, sociais, que buscassem o diálogo e a inter-relação educando/educador, partindo-se da cultura e saberes próprios do educando. É desse processo que nasce a Educação Popular (BRASIL, 2001).

Fortalecendo a EP, juntaram-se a ela numa tentativa utópica de transformar a realidade social brasileira, outros agentes sociais, dentre eles os estudantes universitários, que por meio de atividades promovidas junto às classes populares buscavam entender e estudar a realidade dos pobres, com o intuito de se pensarem novos caminhos de superação da situação política, educacional e social vigente. Porém com a instalação da ditadura militar no país a mobilização estudantil foi reprimida e passou a atuar na clandestinidade. Mesmo encobertas essas ações permitiam aproximações entre os universitários e a população, e com o apoio da igreja católica a continuação das atividades foi possível. Desse processo de comunicação “universidade-comunidade” surgiria posteriormente a “Extensão” (CRUZ et al, 2013).

Mesmo na clandestinidade a Extensão tornou-se uma das principais forças de resistência ao regime ditatorial, baseando seus trabalhos junto às comunidades populares nos preceitos de Paulo Freire, a Educação popular (VASCONSELOS, E.M.et al, 2013).

Na década de 80 a extensão universitária se consolida como função da academia, e logo surgem diversos projetos que se propõem ao trabalho extensionista, porém a grande maioria, atua respaldada no modelo de extensão imposto pelo método educacional da era Vargas, cuja concepção era de que a academia era detentora de todo conhecimento, sendo seu dever transmiti-lo a comunidade receptora. Além disso, em grande parte, ganha também o caráter assistencialista e de prestadora de serviços à comunidade. Contudo, a extensão embasada na EP, também continua sua caminhada, buscando o diálogo, autonomia, valorização cultural e a construção coletiva de saberes com a comunidade. Logo, por apresentar características distintas do modo convencional e já não cabendo mais na definição de “Extensão Universitária”, surge então uma nova denominação teórica: a de Extensão Popular (VASCONCELOS, E.M; CRUZ, P.J.C, 2013).

Guiado por esses princípios críticos e problematizadores do fazer “com a comunidade” e não “para a comunidade”, surgiram vários projetos engajados na Extensão Popular, dentre eles o ENEC, Estágio Nacional de Extensão em Comunidades, cuja proposta é aproximar estudantes da área de saúde e afins, a realidade social, econômica e cultural de comunidades por meio de vivências, com o intuito de despertar-las a uma análise crítica e que desconstrua a visão meramente tecnicista e biologicista da academia, buscando que o acadêmico tenha um olhar analítico sobre os vários fatores que influenciam no processo de organização social e integrando ao seu saber a percepção do homem inserido em uma realidade política, cultural e econômica (FALCÃO, 2006).

Dentre as comunidades populares que participam do ENEC, está a comunidade Hortifrutigranjeiro, pertencente ao município de Mamanguape-PB, predominantemente agrícola e cujos habitantes são em sua maioria, sertanejos vindos das cidades de Condado, Patos e Pombal. A história da comunidade é marcada pela exploração do trabalho por agentes dominantes e pelo rompimento dessa relação de submissão, conquista de espaço e busca por direitos. Foi a partir do estágio de vivência nessa comunidade, das experiências vividas e dos saberes construídos em conjunto, que a concepção desse trabalho acadêmico foi possível a fim de sistematizar a experiência vivenciada e apresentar a comunidade que acolheu esta vivência.

Caminhos que me trouxeram até aqui: memorial

Não haveria melhor forma de começar meu memorial, que com uma breve apresentação sobre mim. Sou Jociely Alves Leite da Silva, natural de Guarabira, cidade do

interior paraibano, cresci em um bairro simples, filha de pais dedicados e incomparáveis que sempre se doaram para fazer a mim e a meus irmãos pessoas educadas e instruídas, sem acomodação e com o pensamento de buscar sempre o seu lugar a sombra. Lembro-me que meu pai sempre me dizia “se esforce para conseguir o que você deseja, mas lembre de conseguir o que quer sem fazer as pessoas de escada, busque o que é seu, com seus méritos”, talvez essa seja uma das primeiras lições que ele me deu até onde lembro.

Revirando um pouco as memórias recordo do quanto ele e minha mãe se preocupavam em que não me faltasse condições de ir à escola, desde o cuidado com o material e fardamento escolar até o lanche que eu levava para a hora do recreio, sempre ouvindo a mesma pergunta após a aula “como tá indo a escola?”, uma pergunta simples, mas que só hoje eu consigo abstrair como uma preocupação serena de obter uma resposta positiva de que sim, eu estou aprendendo, como vocês sonham que eu aprenda. Meu pai não pôde concluir o curso superior e minha mãe concluiu apenas o ensino fundamental, sempre os ouvi dizer que eles queriam para mim o que não tinham alcançado de bom para eles, com toda certeza sei que esse sonho que é meu não me é exclusivo e sim compartilhado por nós três.

Estudei boa parte do ensino fundamental em escolas particulares e uma outra parte, começando pela 5^o série, em escolas públicas. Meu pai não foi muito a favor da ideia de que eu frequentasse escolas públicas, julgava o ensino “mais fraco”, mas a pouca renda o motivava a pensar que “quem faz o estudo é o aluno”. Foi nesse intercalado entre o ensino público e o particular que pude perceber algumas diferenças, não somente quanto ao método de ensino e aos professores, mas também quanto a realidade social dos meus colegas de escola, e essa percepção foi importante para que eu fizesse as minhas próprias reflexões a cerca das disparidades dentro dos dois ambientes escolares. Além disso, pude sentir também por parte de antigos colegas de sala, e até por outras pessoas do meu convívio, aquele olhar preconceituoso, que classificava estudantes de escolas públicas como de um potencial inferior para o aprendizado, que não tinham objetivos concretos, que propunham-se somente a cursos que tinham uma nota de corte mais baixa para o ingresso na universidade, ou ainda que nem chegariam a prestar vestibular, tendo como única escolha trabalhar para terceiros. Vivenciar essa realidade me tornou questionadora, me fez dispensar o olhar sobre o supérfluo e simpatizar pelas coisas simples que me aproximavam da minha realidade pessoal.

Nessa perspectiva, busquei pensar uma profissão em saúde, na qual eu pudesse de alguma forma ter um contato mais direto com as pessoas, no espaço da realidade cotidiana delas, e como opção de curso para o vestibular escolhi Nutrição. A profissão e tema estavam muito em pauta na TV, em redes sociais, tratando de um assunto que é direito de todos nós, a

alimentação. Feita a prova, fiquei na ansiedade da espera pelos resultados, e quando ele saiu eu pude sentir o doce sabor da conquista, que significava tanto para mim e para minha família. Conhecia pouco sobre as possibilidades de atuação do Nutricionista, e já iniciei as aulas com a ideia preestabelecida de me dedicar mais a parte clínica da Nutrição, sabendo que essa era a que me daria um melhor retorno financeiro.

Porém no início da minha caminhada acadêmica eu fui apresentada a saúde coletiva, que é uma das nossas áreas de atuação, e me identifiquei imediatamente, por ela permitir uma aproximação muito maior com a realidade socioeconômica e cultural das pessoas, que mesmo dentro do contexto da Nutrição, não se restringia apenas a prescrições dietéticas e atendimentos ambulatoriais. Posteriormente, tive então a oportunidade de me inscrever na seleção do PET Nutrição, Programa de Educação Tutorial, que é desenvolvido por um grupo de alunos, sob a tutoria de uma professora, pautados em uma linha de atuação, que no caso do PET Nutrição era a Saúde Coletiva. Após as etapas de seleção, fui admitida no grupo e por meio dele ingressei no Núcleo PENSO, Núcleo de Pesquisas e Extensão em Saúde Coletiva, que é um grupo que se propõe a pesquisa e extensão nessa área, transpondo esses aspectos e considerando as questões sociais, culturais, voltadas a alimentação saudável, mas discutindo outros assuntos em que a nutrição perpassa.

Foi por meio desses dois grupos que eu conheci a Educação Popular, principalmente no contexto da Extensão. Participei de dois Projetos de extensão, o primeiro Viver com Saúde, era formado por adultos e idosos em processo de alfabetização que durou aproximadamente um ano, o intuito do projeto era desenvolver ações voltadas para educação alimentar e nutricional, promoção do auto cuidado e descoberta e valorização de habilidades pessoais. O segundo projeto foi o grupo Vida Nova, formado por mulheres titulares do Programa Bolsa Família (PBF), que inicialmente tinha como objetivo a promoção da alimentação adequada e saudável, mas que posteriormente com o surgimento de demandas do próprio grupo, passou a dialogar e promover ações voltadas para o empoderamento e geração de renda, tendo esse grupo quase quatro anos de vigência. Foram nessas experiências em extensão, protagonizadas junto com os idosos, adultos e mulheres do PBF, que eu me encontrei enquanto estudante e futura profissional e pude fazer “links”, com o meu desejo primário de atuar no cotidiano das pessoas, com elas e dentro da realidade delas.

Durante o 6º período, as vésperas de uma greve nas universidades federais, eu estava buscando algo que preenchesse o meu tempo de forma produtiva e por meio das redes sociais vi que um edital havia sido lançado, o edital do ENEC, Estágio Nacional de Extensão em Comunidades. Só o título já me chamou a atenção e quando li o edital, me propus o desafio de

conviver durante 15 dias ininterruptos em uma comunidade, compartilhando da rotina dela. Fiz a inscrição e fui selecionada. Na pré-vivência nós conhecemos o Professor Emmanuel Falcão e fomos apresentados a Extensão Popular, que era muito do que eu já vivenciava junto aos dois projetos do qual participava. Conheci também profissionais que participaram do ENEC enquanto estudantes e percebi pela fala deles o quanto a vivência trouxe outro olhar, um olhar crítico, construtivo e que valoriza o conhecimento do povo, agregando-o de forma útil ao conhecimento acadêmico e potencializando o exercício cidadão das suas atuações profissionais. A dinâmica do ENEC consistia em sortear duplas que seriam inseridas em comunidades diferentes. Eu e meu par fomos sorteados para ir à comunidade Hortifrutigranjeiro em Mamanguape, onde fomos muito bem recebidos, e pudemos conhecer e conviver com a realidade dos habitantes do local, compartilhando saberes, aprendendo juntos, construindo vínculos.

Conhecer a história, os aspectos políticos e socioeconômicos da comunidade fazia parte da vivência, todos esses pontos puderam ser observados e conhecemos um pouco sobre a dinâmica da comunidade. Desde o princípio, Falcão nos alertou sobre os profissionais que apenas transmitem seus saberes considerando-os absolutos e que simplesmente se apropriam de dados e os publicam sem que haja retorno algum para a comunidade pesquisada. Com o encerramento da vivência, e volta às aulas, voltei inquieta. Após conhecer a comunidade Hortifrutigranjeiro, cogitei a possibilidade de escrever o meu TCC acerca daquele lugar, da história da comunidade, dos aspectos relacionados à produção agrícola, alimentação, educação e saúde, como forma de retribuir, através da sistematização, um pouco do aprendizado que vivenciei nessa comunidade, para minha formação acadêmica e profissional. Escrever sobre a comunidade em questão, é valorizar o saber popular de seus moradores, suas histórias e refletir sobre nosso papel na realidade.

Após um breve passeio sobre minha história e o que me motivou para escrever este trabalho seguimos a leitura que contextualiza um pouco da vida que envolve essa comunidade cheia de gente trabalhadora, receptiva e agente transformadores da realidade onde estão inseridos.

2 OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

- Relatar vivência de Extensão Universitária, orientada pela Educação Popular, na comunidade Hortifrutigranjeiro-Mamanguape/PB e refletir sobre a importância da valorização de saberes populares para construção compartilhada de conhecimento.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Relatar experiência no Estágio Nacional de Extensão em Comunidade;
- Valorizar experiências de Extensão que buscam promover orientação crítica na formação estudantil;
- Refletir sobre saberes populares em torno de questões como produção agrícola, alimentação, educação, saúde e participação na comunidade;
- Contribuir com o resgate histórico da comunidade Hortifrutigranjeiro-Mamanguape/PB.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 EDUCAÇÃO POPULAR

A Educação Popular (EP) tem um longo percurso no Brasil, partindo de um conjunto de práticas e experiências que se forjaram junto às classes populares, nas fábricas, em sindicatos, nas comunidades de base e igrejas, nas universidades, no campo e na cidade, com os mais diferentes grupos, especialmente os trabalhadores em situação de pobreza, excluídos de seus direitos básicos (BRASIL, 2014).

Para compreendermos melhor os princípios da EP, faz-se necessário conhecer os aspectos históricos importantes que marcaram os caminhos já percorridos até o momento atual.

No final da década de 40 surgem questões relacionadas à Educação no país, o contexto econômico e social do Brasil foi marcado por profundas transformações no que se refere à mudança do modelo econômico, onde o modelo agrário-exportador foi substituído pelo urbano-industrial. Este foi um período no qual houve maior inserção das massas na definição dos rumos da sociedade, momento de conquistas de direitos pelos trabalhadores e uma demanda maior por mais escolarização em face do crescente número de analfabetos e defasados escolares. É nesse período de grandes transformações que surgem as primeiras iniciativas de Educação Popular, que aparecem em função do quadro agravante no qual os sujeitos precisavam ser instrumentalizados para contribuir com o desenvolvimento do país (MACIEL, 2011).

À medida em que se buscava o progresso social e econômico da nação tornava-se necessário pensar em uma política de Educação de base, na qual, além da alfabetização, a população tivesse acesso a um ajustamento social, ou seja, buscava-se a adaptação dos desfavorecidos ao mundo moderno. A atenção principal voltava-se para o homem do campo, que até então só conhecia uma experiência basicamente rural. Era preciso que ele tivesse acesso a noções de leitura, escrita, convivência social e até mesmo de higiene, para poder conviver com as exigências da vida moderna, tornando-se, assim, mais apto para a produção e até mesmo para a defesa da nação (PEREIRA, D.F.F; PEREIRA, T.P, 2010).

Além disso, todo o “entusiasmo pela educação” também estava ligado ao problema da ampliação das bases eleitorais através do aumento do número de votantes, proporcionado pela multiplicação das oportunidades de instrução elementar para o povo. Outro aspecto importante foi à supervalorização da educação como fator capaz de solucionar todos os

demais problemas da nação, a educação começou a ser percebida como o principal problema nacional que, uma vez resolvido, conduziria a solução dos demais (PAIVA, 2003).

Em 1947 é lançada a Campanha de Educação de Adultos, pretendia-se com essa campanha, num primeiro momento, promover ações de caráter extensivo que pressupunham a alfabetização em massa no período de três meses, e a condensação do curso primário em quatorze meses. Após isso se seguiria uma etapa voltada ao desenvolvimento comunitário e capacitação profissional. Nos primeiros anos, sob a direção do professor Lourenço Filho, a campanha logrou resultados significativos, porém na década de 50, iniciativas voltadas à ação comunitária em zonas rurais não tiveram o mesmo sucesso e a campanha se extinguiu antes do final da década. Nesse momento, o analfabetismo era concebido como causa e não efeito da situação econômica, social e cultural do país e essa concepção legitimava a visão do adulto analfabeto como incapaz e marginal (BRASIL, 2001).

Contudo durante a própria Campanha, ideias preconceituosas sobre adultos analfabetos foram criticadas, reconhecendo o adulto analfabeto como ser produtivo, capaz de raciocinar e resolver seus problemas, não tardou muito para que as críticas a esse modelo educacional convergissem para uma nova visão sobre o problema do analfabetismo e para a consolidação de um novo paradigma pedagógico para a educação de adultos, cuja referência principal foi o educador pernambucano Paulo Freire (BRASIL, 2001).

Preocupado com o papel político da Educação e temendo que o trabalho com jovens e adultos se transformasse em um processo de invasão cultural, Freire propôs uma educação para a liberdade, pois defendia a reflexão e o debate em torno do potencial criador dos educadores e educandos, nessa educação para a liberdade, a partir da participação no círculo de cultura os homens e as mulheres se redescobririam como produtores de cultura compreenderiam a relação do ser humano com a natureza e a possibilidade de transformarem o mundo por seu potencial criador. Perceberiam que a Educação não é algo distante da vida, mas, sim, a possibilidade de recriá-la e, assim, vivê-la melhor. Freire propunha a conscientização, não a transmissão ou memorização das letras (PEREIRA, D.F.F; PEREIRA, T.P, 2010).

Em janeiro de 1964, foi aprovado o Plano Nacional de Alfabetização, que previa a disseminação por todo Brasil de programas de alfabetização orientados pela proposta de Paulo Freire. A preparação do plano, com forte engajamento de estudantes, sindicatos e diversos grupos estimulados pela efervescência política da época, seria interrompida alguns meses depois pelo golpe militar (MACIEL, 2011).

A ditadura militar alterou significativamente o sentido da política pública de educação. Entre 1964 e 1984, além da repressão às organizações populares e destruição da memória de diversas experiências de Educação Popular, foram construídas as bases para que a política de educação assumisse outra concepção: “a da educação para o povo”. Uma das primeiras medidas para que a “educação para o povo” fosse posta em prática no território nacional, foi a substituição do Plano Nacional para Educação, pelo Mobral, Movimento Brasileiro de Alfabetização, ele valorizava muito mais a escrita e a leitura, cuja orientação pedagógica e produção de materiais didáticos eram feitas de forma centralizadora, não embasando-se em uma formação crítica e cidadã do educando, e esvaziando-se de todo sentido problematizador (HADDAD, S; PIERRO, M.C.D, 2000).

Paralelo a isso, grupos dedicados à Educação Popular continuaram a realizar experiências pequenas e isoladas de alfabetização de adultos com propostas mais críticas, desenvolvendo os postulados de Paulo Freire. Essas experiências eram vinculadas a movimentos populares que se organizavam em oposição à ditadura, comunidades religiosas de base, associações de moradores e oposições sindicais (HADDAD, S; PIERRO, M.C.D, 2000).

Na década de 80 com o afloramento dos movimentos sociais e o início da abertura política, essas pequenas experiências foram se ampliando, construindo canais de troca de experiência, reflexão e articulação. Em 1989, já tendo voltado do período de exílio, Paulo Freire foi convidado para assumir a Secretaria de Educação do município de São Paulo, lançando a plataforma política de sua gestão: “Política Pedagógica: construindo a educação pública, popular e democrática”. Destacando outras diversas iniciativas em diferentes áreas de atuação, praticando a Educação Popular como mecanismo de formação e mobilização política, incluindo as proposta da educação popular na escola pública, a educação no campo, avançando para superar a visão de que a EP se restringia à educação não escolar. Neste sentido, é possível observar que o que tornou historicamente viável a emergência da Educação Popular, foi a conjunção entre períodos de governos populistas, a produção acelerada de uma intelectualidade estudantil, universitária, religiosa e partidariamente militante, e a conquista de espaços de novas formas de organização das classes populares, a partir de uma crítica feita ao sistema vigente (BRASIL, 2014).

As lutas de libertação dos anos 70 e 80 e os processos de democratização e de abertura dos anos 90, nos levaram a processos de intenso debate e ao longo desses anos, houve uma evolução do pensamento social em que nasceu e se desenvolveu a educação popular. Da noção teórica da marginalidade, do desenvolvimento comunitário, até a da libertação de hoje

em dia, em que o mundo global demanda uma leitura mais complexa e inter-relacionada (CASILLAS, 2005).

Segundo Casillas (2005), o essencial da educação popular permanece vigente, ou seja: a inadiável tarefa da construção de sujeito social, autônomo e que seja capaz de formular um meio alternativo ante ao dominante, representando a educação popular como um pensamento vivo que fluiu e flui no entremeio social do século XXI.

Segundo Brandão e Assumpção (2009), o que caracteriza a Educação Popular é o seu esforço em recuperar como novidade a tradição pedagógica de um trabalho fundado em pelo menos quatro pontos: a transformação continua do mundo em que vivemos em algo mais humano, justo e melhor; reconhecer esta transformação como algo contínuo e que é direito e dever de todas as pessoas que se reconheçam convocadas a essa realidade participarem dela; admitir a educação como um lugar não absoluto, mas importante, pois a ela cabe criar possibilidades para que as pessoas sejam destinadas a se verem como construtoras do mundo em que vivem; o direito à educação aos excluídos dos bens da vida e dos bens do saber, que seja de qualidade e também um lugar em que a cultura e o poder sejam pensados a partir deles: de sua condição, de seus saberes e realidade social.

Assim, hoje, a Educação Popular deve ser realizada de forma a reafirmar a sua essência, o compromisso com a causa do povo e uma prática pedagógica que pergunte às pessoas quem elas são, que se abre a ouvi-las dizer como elas desejam e não desejam ser; em que mundo querem viver; a que mundo de vida social estão dispostas a ser preparadas para preservar, criar ou transformar (ASSUMPCÃO et al, 2009).

A Educação Popular é entendida como concepção teórica orientada para a prática educativa e o trabalho social emancipatórios, com intencionalmente à promoção da autonomia das pessoas, à formação crítica, à cidadania participativa e à superação das desigualdades e conflitos sociais. A cultura popular é valorizada pelo respeito às iniciativas, ideias, sentimentos e interesses de todas as pessoas (BRASIL, 2012).

Neste sentido, a Educação Popular é um elemento importante na comunhão da prática com a teoria, como uma concepção educativa. Dessa maneira, a prática é vinculada ao ato de educar, a uma pluralidade de ações ou práticas educativas diversas, com muitas características, orientadas por uma intencionalidade transformadora. Como teoria, é resgatada como uma pedagogia, como uma Teoria da Educação que está sempre em processo de revisão e (re)elaboração, reconstrução e que se alimenta da reflexão sobre o ato de educar visando (re)orientá-lo (PALUDO, 2006). Muito embora essa concepção pareça algo ilusório e até mesmo utópico, porque não acreditar que é possível por em prática, inclusive nos

equipamentos públicos, uma educação participativa cujas pessoas possam ser capazes de aprender, compreender e construir, através da construção compartilhada de saberes, um outro mundo possível, mais justo e melhor, pleno de direitos estendidos a todos e que compreenda todas as suas dimensões.

3.2 EDUCAÇÃO POPULAR NA UNIVERSIDADE

A Educação Popular se constituiu fortemente vinculada à vida universitária, não como uma ação oficial das políticas acadêmicas, mas como inspiração de muitas das práticas sociais que estudantes, professores e intelectuais mais inquietos iam tentando implementar nos espaços livres de seus trabalhos (ALVES, 2014).

Anteriormente ao golpe militar em 1964, havia grande agitação universitária pautada em ações de cultura popular. Muitas atividades culturais de grande repercussão foram organizadas, como meio de buscar parcerias com os demais movimentos sociais em expansão. Porém, Com o estabelecimento da ditadura militar no país, vários movimentos sociais foram reprimidos, restando alguma “liberdade” as igrejas cristãs que se tornaram então, espaços centrais para as práticas de Educação Popular, onde a ditadura militar não tinha legitimidade e poder para sufocar todos os seus trabalhos pastorais. Muitos estudantes, professores, técnicos e intelectuais, até mesmo ateus, foram trabalhar nessas igrejas. Nessa época, nas periferias urbanas e em áreas rurais, essas práticas de cunho social, voltadas ao pensar livre e crítico eram consideradas subversivas. Logo, por este motivo as atividades desenvolvidas por meio de estudantes e professores não eram assumidas como ações oficialmente universitárias, eram expostas como iniciativas pessoais que tinham uma motivação religiosa (VASCONCELOS, E.M; CRUZ,P.J.C, 2013).

Mesmo encobertas essas ações permitiam aproximações entre os universitários e a população e iam criando referências para se entender e estudar a realidade dos pobres e se pensarem caminhos de superação da situação política vigente. Esses caminhos eram orientados e pensados partindo-se de demandas concretas, vindas das camadas populares. A esse processo de comunicação “universidade-comunidade” dar-se-ia posteriormente o nome de “Extensão” (CRUZ et al, 2013).

Apesar do intenso combate ao movimento estudantil, o governo ditatorial brasileiro, contudo, forneceu apoio a experiências junto à comunidade, porém, estas ações eram centradas no estudante, onde o mesmo poderia desenvolver atividades profissionais, de caráter assistencialista, porém sob rigoroso controle político. Convenientemente o governo passou

também a institucionalizar Departamentos que se responsabilizariam pela articulação e coordenação dessas ações de Extensão. Ainda no intuito de atender a algumas reivindicações dos estudantes, que tinham proposto uma análise mais profunda a cerca das problemáticas brasileiras, essas análises, todavia, passaram a ter um cunho unicamente sistemático, sendo apenas incorporadas as grades curriculares das universidades públicas, unicamente como disciplinas teóricas, pautadas nos preceitos hegemônicos do governo, não tendo nenhuma funcionalidade prática ou problematizadora (ROCHA, 2006).

Em meados da década de 80, com o início da redemocratização do país muitos dos estudantes, professores, técnicos, e lideranças populares, que participaram das experiências semiclandestinas de Educação Popular, no tempo da ditadura militar, passam a assumir cargos e funções de chefia nas instituições públicas, assim muitas políticas públicas passam a incorporar saberes e práticas voltadas para superação de injustiças sociais, e a Educação Popular deixa de ser uma atividade subversiva para ser tolerada internamente nas instituições. Na vida universitária, a Educação Popular, nessa época, continua presente, notadamente sob a forma de Projetos de extensão, mas agora oficializados e, até, com algum apoio institucional. A relação com os movimentos sociais passa a ser oficialmente tolerada na vida universitária considerada como inovadora e progressista. Além disso, a renovação das políticas sociais passa a exigir um novo tipo de profissional mais habilitado para a relação com as comunidades e mais compreensivo em relação aos interesses e à lógica popular (VASCONCELOS, E.M; CRUZ, P.J.C, 2013).

Com o processo de redemocratização avançando nas décadas de 90 e ano 2000, a Educação Popular ganha mais espaço, através de participantes dos movimentos sociais que filiados a partidos políticos, passam a assumir as instâncias governamentais, e até o governo federal em 2003. Logo um leque maior de espaços é aberto à participação de movimentos sociais engajados com a Educação Popular, o que possibilitou uma maior incorporação da temática na elaboração de políticas públicas. Tudo isso repercutiu significativamente nas universidades e conseqüentemente na vida dos estudantes militantes (ROCHA, 2006).

Porém segundo Santos e Filho (2008) ainda é preciso renovar a universidade com estratégias de ação política e transformação social que proporcionem sua reconfiguração, o que possibilitaria a criação e produção crítica do conhecimento humano, em vez de uma instituição para elitismo e exclusão social como tem sido durante quase mil anos. A universidade teria enfim uma chance de se tornar instrumento para integração social e cultural entre as camadas da população, firmemente comprometida com seu ideário original de justiça, equidade, paz e teríamos enfim uma Universidade Popular.

Segundo Boaventura Santos, em entrevista concedida a Benzaquen (2012), A Universidade é popular, não porque o conhecimento acadêmico tenha de ser divulgado entre as classes populares, mas porque são as classes populares que protagonizam diálogos entre os seus conhecimentos próprios e os conhecimentos acadêmicos. Quanto à visão de Santos com relação a Paulo Freire temos que, Freire de alguma maneira organiza todo o seu modelo de educação popular dentro de uma grande preocupação com as divisões sociais, de classes e de desigualdades de classes, com os oprimidos, mas com pouca ênfase na diversidade cultural. Santos afirma que esse recorte de Freire na questão das classes possui boas razões, porém para Santos há também a questão dos movimentos sociais, que vieram trazer ao nosso conhecimento o fato de que não há apenas divisões de classes, há também as divisões culturais e modos desiguais de se tratar as culturas.

Um desafio proposto por Santos e Filho (2008) a Universidade atualmente, é, sua transformação na perspectiva da ecologia de saberes, que:

(...) é, por assim dizer, uma forma de extensão ao contrário, de fora da universidade para dentro da universidade. Consiste na promoção de diálogos entre o saber científico ou humanístico, que a universidade produz, e saberes leigos, populares, tradicionais, urbanos, camponeses, provindos de culturas não ocidentais (indígenas, de origem africana, oriental, etc.) que circulam na sociedade (SANTOS; FILHO, 2008, p.69).

Segundo Freitas e Machado (2010) outro desafio se sobrepõe ao proposto por Santos e Filho (2008), ampliar a luz da economia de saberes a refundamentação da EP, que não é um tema novo e tem se inserido no cenário da crise em que se encontra o pensamento crítico para enfrentar o capitalismo em sua nova dinâmica. Tendo a EP desafios que ainda precisam ser vencidos teórica e praticamente, diante da necessidade de encontrar outras maneiras do ser e do fazer para lidar, hoje, com velhos problemas que assumem novos contornos.

Este é, pois, um tema inesgotável, visto que a permanente mudança nos desafia à criação de condições para a realização do historicamente possível, a fim de que se viabilize no futuro o que no presente se apresenta distante. Trata-se de considerar que, diante dos desafios da contemporaneidade, a EP e a Universidade Popular se realizam como um aprender em movimento e nos desafia, a cada dia, à criação de condições para a realização de novos sonhos possíveis (FREITAS; MACHADO, 2010).

3.3.EXTENSÃO POPULAR

A extensão universitária apareceu com as universidades populares da Europa, no século passado, que tinham como objetivo disseminar os conhecimentos técnicos a população. Onde os intelectuais desejosos de “servir ao povo” teriam o papel de compreender as formas de vida e as propostas da classe trabalhadora. Esquecidos desse papel, esses intelectuais expressavam, uma visão dominadora de seus saberes ao pretender “levá-los” ao povo.

Paralelamente desenvolveu-se na Inglaterra uma perspectiva de que a universidade precisava contribuir com um maior conhecimento aos setores populares. Mas, foi a partir das experiências americanas, sobretudo naquelas localizadas na zona rural, que surgiram novas visões diferenciadas daquelas existentes na Europa, Essas visões, contudo, estavam marcadas por certo desejo de “ilustrar” as comunidades. A extensão nas universidades americanas caracterizou-se, desde seus primórdios, pela ideia de prestação de serviços (NETO, J.F.M.et al, 2002).

No Brasil, anteriormente ao movimento estudantil organizado pela UNE, União Nacional dos Estudantes, fundada em 1938, houve experiências de vinculação da extensão com as universidades populares, na tentativa de tornar o conhecimento científico e literário acessível a todos. Nesse período surgem então a Universidade Popular da Paraíba e a Universidade Popular de São Paulo, sendo esta a de maior proporção. Dentre os ideais que inspiram a plataforma dos estudantes brasileiros podemos citar: a extensão universitária entendida como fortalecimento da função social da universidade; a projeção ao povo da cultura universitária e preocupação pelos problemas nacionais; a unidade latino-americana e a luta contra as ditaduras e o imperialismo. Todos estes ideais foram pautados no Movimento de Reformas de Córdoba, protagonizados pelos estudantes argentinos em 1918, que enfatizam, pela primeira vez, a relação entre universidade e sociedade. A concretização dessa relação ocorreria através das propostas de extensão universitária que possibilitassem a divulgação da cultura a ser conhecida pelas “classes populares” (ROCHA, 2006).

Com a criação da UNE a extensão passou a ser entendida como difusora de cultura e como elo entre a universidade e o povo. Ela foi divulgada de diferentes formas em todo o país, através da UNE, e em seu Congresso da Bahia, ao discutir a Reforma Universitária, a entidade apresenta os traços marcantes da extensão universitária: a análise da realidade brasileira e a análise da universidade no Brasil. Defendendo dessa forma a abertura da universidade ao povo, cabendo à universidade, através da extensão, a conscientização das massas populares, despertando-as para seus direitos (NETO, J.F.M. et al, 2002).

Com o Golpe Militar de 1964, essa extensão articulada com as camadas populares passou a ser considerada subversiva, porém, mesmo na clandestinidade ou sob a proteção de igrejas católicas, a extensão constituiu-se como umas das principais forças de resistência ao regime ditatorial. Em trabalhos em comunidades populares ou igrejas, o trabalho social era conduzido de maneira única, pela metodologia que baseava-se nos preceitos de Paulo Freire, a Educação popular (CRUZ, P.J.S.C. et al, 2013).

Após a abertura democrática de 80, discutia-se fortemente a universidade brasileira, desde a sua formação até o seu papel social. É nesse contexto de que a extensão universitária se consolida como uma função que deve ser exercida pela academia. Durante a década de 90, após o aprimoramento de diversas experiências de extensão, surgiu um novo desafio, as ações acadêmicas de extensão, agora oficiais, pregavam um tipo de vivência (junto com o povo e os saberes populares) diferente da que era aplicada na universidade de forma geral (construir saberes para o povo). E desse impasse nasceram os questionamentos: como ser acadêmico e permanecer no campo popular? O que é essa Extensão com Educação Popular? (CRUZ, P.J.S.C. et al, 2013).

Logo, partindo da fundamentação teórica desenvolvida pelos estudos do Prof. José Francisco de Melo Neto, esse antigo movimento de articulação e resistência universitária junto às camadas populares, ganha uma identidade teórica: a Extensão Popular. Conceito que podemos apreender na sua obra intitulada Extensão Popular:

Ao assumir a dimensão do popular, o conceito de extensão passa a considerar as dimensões fundantes do adjetivo como a origem e o direcionamento das questões que se apresentam; [...] o popular expresso por metodologias que apontem encaminhamento de ações, acompanhadas de seus aspectos éticos (diálogo, solidariedade, tolerância, coletivo...) e utópicos (autonomia, liberdade...) que para os dias de hoje, tornam-se uma exigência social. Assumindo a dimensão do popular, a extensão transpõe os muros institucionais [...] Adquire, como trabalho social, a dimensão de exterioridade, abrangendo ações educativas em movimentos sociais e outros instrumentos organizativos da sociedade civil ou mesmo a partir do estado. (NETO, 2014, p. 47).

Percebe-se então que as ações propostas por extensionistas populares não podiam ser enquadradas em nenhum tipo de extensão, por possuir princípios éticos, metodologias e teorias diferentes dos demais contornos universitários, não sendo apenas extensão universitária, ia além, era Extensão Popular e é por meio da Extensão Popular, que centenas de atores sociais vêm reinventando a universidade e fortalecendo a autonomia de grupos populares. Diante de tudo isso, compreendemos que a Extensão Popular não é apenas uma área temática entre as várias que coexistem na extensão universitária, é, além disso, segundo

NETO (2014), um trabalho social útil, derivado de questões da realidade social. Significando um jeito diferente de pensar e conduzir esse trabalho social, que articula as ações de ensino e de pesquisa com base na realidade percebida, graças à inserção ativa propiciada pela extensão (VASCONCELOS, E.M; CRUZ, P.J.C, 2013).

3.4 ESTÁGIO NACIONAL DE EXTENSÃO EM COMUNIDADE

Historicamente no Brasil sempre existiram projetos voltados para comunidades carentes, inclusive os projetos de Extensão acadêmica, que perpetuaram e em alguns casos, ainda perpetuam, práticas e ações com enfoque assistencialista. Atividades com esse cunho acontecem, costumeiramente, nos espaços acadêmicos, sem qualquer aproximação com a realidade social da população assistida. Esse tipo de Extensão baseia-se na concepção de transmitir ao outro o seu saber, “depositando-o nas pessoas” e impondo os saberes dos extensionistas, desvalorizando os valores, saberes e crenças próprias do público-alvo de suas ações. Há, por outro lado, atividades de extensão que atuam nos espaços comunitários, tendo como pressuposto básico a busca de transformação social e propondo uma troca de saberes entre a universidade e a sociedade, considerando as crenças, os valores e a cultura dos indivíduos pautada nos princípios da Educação Popular (RIBEIRO, 2009).

Guiado por esses princípios críticos e problematizadores do fazer “com a comunidade” e não “para a comunidade”, surgiu o ENEC, Estágio Nacional de Extensão em Comunidades. Fruto da articulação entre a AGEMTE - Assessoria de Grupo Especializada Multidisciplinar em Tecnologia e Extensão, a DENEM - Direção Executiva Nacional de Estudantes de Medicina e o Programa Interdisciplinar de Ação Comunitária, cujo propósito é impulsionar a produção de conhecimento e fazer valer a missão social da universidade, não formando profissionais apenas técnicos, mas que participem ativamente da construção da cidadania (FALCÃO, 2006).

No Estágio de Vivência estudantes de várias partes do país e até do exterior, vem à Paraíba e tem a oportunidade de experimentar de fato a realidade de uma comunidade, observando de maneira crítica, quais são os fatos que ativamente interferem na organização coletiva, política, social e econômica local. O ENEC se propõe a contribuir com um processo contínuo de todos os níveis de desenvolvimento, problematização e realização de ações junto à comunidade. Durante todo trabalho há a interação entre comunidade e estudante e entre os saberes populares e os saberes científicos (FALCÃO, 2014).

A interação com a comunidade proporciona uma gama de relações e construções ao estudante, que passa a voltar um olhar crítico sobre os vários fatores que influenciam no processo de organização social, abandonando aquela visão apenas biológica e metódica transmitida pela academia, e integra a seu saber a percepção do homem inserido em uma realidade política, cultural e econômica, ampliando dessa forma o conceito de saúde, o que permite a formação de um profissional mais comprometido com a realidade social (FALCÃO, 2006).

3.4.1 A COMUNIDADE HORTIFRUTIGRANJEIRO NO MUNICÍPIO DE MAMANGUAPE-PB

Um dos espaços de vivência do ENEC- 2015/2016 é a comunidade Hortifrutigranjeiro, pertencente ao município de Mamanguape- Paraíba. A comunidade é tradicionalmente agrícola, nela habitam cerca de 35 famílias, das quais a maioria são oriundas do sertão do estado.

As primeiras famílias que passaram a residir na comunidade vieram das cidades de Condado, Patos e Pombal, inicialmente a comunidade recebeu o nome de Sítio Hortigranjeira.

As famílias recém- chegadas se depararam com algumas dificuldades estruturais, as casas para acomodação eram de taipa e chão batido as margens de uma “floresta”. A água para uso e consumo advinha do rio mais próximo, o Rio Pitanga, e posteriormente passou a ser buscada em fontainhas na floresta e em cacimbas artesanais.

A produção do local tinha como insumos base, hortaliças e verduras, e todo o plantio ficava restrito a isso, uma vez que os técnicos agrícolas da região era quem determinavam o que iria ser plantado e onde seria plantado. Eles se encarregavam de “fornecer” instrumentos, adubo, “veneno”, sementes e os agricultores tinham o compromisso de abastecer o balcão da economia com todas as hortaliças e verduras que a coletividade colhia.

Por semana saíam dois caminhões de alimentos da comunidade, porém os agricultores não recebiam o pagamento do que era levado no ato da atividade, o pagamento pela produção era feito ao fim do ano, recebiam apenas a diária de trabalho que era de R\$ 7,00 adulto, R\$ 5,00 adolescentes e R\$ 2,00 crianças.

As compras de alguns gêneros alimentícios que não advinham da própria roça, eram feitas em um caminhão baú, do próprio balcão da economia, que ia todas as semanas ao vilarejo.

Em alguns meses as primeiras casas de alvenaria foram “acabadas” e entregues às famílias sem o reboco das paredes, essas foram sendo ocupadas à medida que ficavam prontas.

Em seis anos todos já estavam acomodados. Dentro desse período, outra empresa estatal assumiu a coordenação das atividades agrícolas na comunidade, a EMPASA (Empresa Paraibana de Abastecimentos e Serviços Agrícola). Nova direção, novos funcionários e mesmo “modos operandi”, avaliada de forma negativa pelos moradores que se sentiam explorados e reivindicaram as condições postas pela empresa. Houve uma melhora das condições de vida, mas não das finanças da empresa, que decretou falência, deixando os agricultores à mercê da própria sorte.

Com a saída da empresa, a maioria das famílias continuou cultivando a terra, mas baseando-se na agricultura de subsistência, vendendo o excedente para atravessadores como meio de conseguir algum dinheiro para compra de outros itens básicos. Outra parte dos moradores deixou a comunidade, em busca de outros meios de vida.

Somente depois de alguns anos, foi ativado um projeto de irrigação, com isso alguns dos antigos moradores voltaram para a comunidade. Além deles, alguns novos interessados também puderam ter parte em lotes abandonados comprometendo-se em produzir na terra. Hoje todos os agricultores da comunidade escolhem o que produzir e produzem por conta própria, angariando recursos para a comunidade por meio da Associação de Irrigadores do Sítio Hortifrutigranjeiro.

Muitos fornecem alimentos à programas governamentais como PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) e o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), além de venderem em feiras livres e a atravessadores, que segundo eles, são um mal necessário, já que eles por conta própria não tem condições estruturais de escoar toda a produção, que é extremamente variada, na qual constam o coco verde e seco, milho, batata-doce, inhame, macaxeira, feijão, hortaliças, mamão, banana e até itens aquícolas como a tilápia.

A história da comunidade Hortifrutigranjeiro é perpassada por momentos de perdas e conquistas, algumas conquistas ainda por vir, como é o caso da posse da terra em que vivem e produzem há mais de trinta anos em alguns casos, é a utopia que move grande parte desses trabalhadores, a esperança de declarar como seu, algo que tem sido mantido por eles, com muito esforço, dedicação e trabalho há décadas.

4 CAMINHOS METODOLÓGICOS

Este estudo é de abordagem qualitativa, uma vez que utilizou métodos de compreensão social, bem como trabalhou com o resgate histórico, de significados, valores e situações não necessariamente quantificáveis de uma determinada população (MINAYO, 2012).

Enquanto pesquisa de abordagem qualitativa, esta pôde assim ser definida por Minayo:

(...) é o que se aplica ao estudo da história, das relações, das representações, das crenças, das percepções e das opiniões, produtos das interpretações que os humanos fazem a respeito de como vivem, constroem seus artefatos e a si mesmos, sentem e pensam. (MINAYO, 2004, p. 57).

A pesquisa qualitativa tem por finalidade conseguir um entendimento profundo e, se necessário, subjetivo do objeto de estudo, sem preocupar-se com medidas numéricas e análises estatísticas (LANDIM, 2006).

Este trabalho surgiu a partir da minha vivência no Estágio Nacional de Extensão em Comunidades, ENEC, que ocorreu em 2015, vinculado ao Programa Vivências de Extensão em Educação Popular e Saúde no Sistema Único de Saúde apoiado pela Universidade Federal da Paraíba, vinculado ao Ministério da Saúde e coordenado pela Universidade Federal da Paraíba, cujo propósito é impulsionar a produção de conhecimento e fazer valer a missão social da universidade, não formando profissionais apenas técnicos, mas que participem ativamente da construção da cidadania (FALCÃO, 2006).

Após participar da realidade da comunidade surgiu o interesse em conhecer mais profundamente a história da formação do local e de seus habitantes. Para isso retornei a comunidade no início de 2016, também por meio do ENEC, com o propósito de reunir dados que tornassem possível, traçar a historicidade e trajetória do local. O ponto de partida foi a busca por habitantes, principalmente os que moram há mais tempo na comunidade, para que a partir do relato oral esse resgate histórico pudesse ser realizado.

Foram realizadas entrevistas individuais semiestruturadas, que segundo Quaresma e Boni (2005) correspondem à combinação de perguntas abertas e fechadas, onde o informante tem a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto. Além disso, este tipo de entrevista permite a adição de perguntas relativas ao estudo, para elucidar questões que não ficaram claras ou ajudar a recompor o contexto da entrevista.

Dessa forma, esse tipo de entrevista permite identificar a percepção que os participantes possuem sobre o tema, com o intuito de garantir a elaboração de pensamento mais profunda, intensificando as reflexões por parte dos sujeitos da pesquisa.

Além disso, utilizamos também o método “bola de neve”, onde a execução da amostragem se constrói da seguinte maneira: para o pontapé inicial, lança-se mão de uma pessoa chave, que geralmente é a que tem um conhecimento maior acerca do que se quer estudar, a fim de localizar algumas pessoas com o perfil necessário para a pesquisa, dentro da população geral, em seguida, solicita-se que as pessoas indicadas pela pessoa chave indiquem novos contatos com as características desejadas, a partir de sua própria rede pessoal, e assim sucessivamente e, dessa forma, o quadro de amostragem pode crescer a cada entrevista, caso seja do interesse do pesquisador (VINUTO, 2014).

Dessa forma, estabelecemos fazer seis entrevistas, das quais seis foram realizadas com homens e uma com mulher. As entrevistas foram norteadas pelo método bola de neve, onde um participante da pesquisa indica outro. O instrumento utilizado foi o questionário semiestruturado com questões direcionadas para entendimento sobre a história do local, saúde, alimentação e produção (APÊNDICE B). As respostas dos entrevistados foram gravadas em áudio. Foi realizado também o teste piloto. Os participantes da pesquisa concordaram em participar e assinaram previamente um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (APÊNDICE A), que autorizou o pesquisador a aplicar o questionário e fazer uso dos dados coletados para publicações futuras.

As entrevistas foram realizadas na residência dos entrevistados, as respostas foram gravadas, com expressa autorização do participante e posteriormente foram transcritas. Para discussão desse estudo a análise foi do tipo descritiva categórica. O projeto foi submetido à aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Hospital Universitário Alcides Carneiro da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG).

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para facilitar a compreensão do material gerado a partir da análise das entrevistas, serão apresentadas cinco categorias que foram definidas com base nas questões geradoras sugeridas aos entrevistados e de acordo com a necessidade de explicação dos resultados julgados mais relevantes pelos pesquisadores, onde se buscou demonstrar as percepções apontadas pelos moradores entrevistados e discuti-las com referenciais sobre o tema de forma a elucidar e fundamentar o debate em torno do objeto deste estudo. Em seguida, é apresentado o relato da experiência vivência na comunidade.

5.1 CHEGADA À COMUNIDADE: REMEMORAÇÕES DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO E MORADIA

*“Eu perguntei a Deus do céu, aí porque tamanha judiação
Que braseiro, que fornaia, Nem um pé de prantação (...)”*

(Asa Branca, Luiz Gonzaga)

As falas que serão trazidas neste capítulo referem-se à trajetória de formação da comunidade, compondo-se de recordações e relatos de vida.

“Bem, eu posso começar de lá um pouco? Pronto! O que eu quero dizer é que nós ‘morava’ no sertão um tempo ruim da gente continuar, aí eu fui convidado pra esse lugar (...)lá no sertão eu sofria muito meu trabalho não dava pra tocar com minha família, não dava nem estudo a minha família, que eu não podia.” (MC. 80 anos)

“Surgiu isso aqui (a comunidade) com um projeto de irrigação, chamava-se Camaratuba, (...)chamava-se aqui Camaratuba.” (A.T.79 anos)

“Nós ‘viemo’ parar aqui através de um homem que comunicou isso lá pra os meninos, que era bom tinha essa irrigação, lá (no sertão) a gente só tinha seca aí ‘viemo’ de Condado, Condado da Paraíba.” (A.L. 58 anos)

É perceptível por meio das falas dos entrevistados alguns pontos em comum, ambos residiam no sertão paraibano, onde enfrentavam algumas privações, principalmente causadas pela seca que constantemente assola a região. Segundo Trigueiro (1999), o nordestino convive com esse mal crônico há pelo menos três séculos, e o autor trás a seca como fragilizadora da estrutura social e econômica do semi-árido, que já debilitado, torna-se ainda mais no período da estiagem. Com a seca vem o desemprego, a fome e, conseqüentemente, o êxodo para outras regiões em busca de melhores condições de sobrevivência. Fato que é captado na narrativa dos nossos entrevistados e também em canções que retratam a realidade nordestina

como a clássica canção Asa Branca de Luiz Gonzaga e Humberto Teixeira, que trago no início deste capítulo.

Retomando as falas conheceremos como era a comunidade quando os agricultores chegaram com suas famílias e como se deu a dinâmica de trabalho no local.

“Ah minha filha, a comunidade não tinha era nada, aqui não tinha aonde a gente morar não tinha nada quando nós chegamos aqui. Nós morávamos numas casinhas de taipa ,quando nós chegamos só tinha as plantas, as roças e os plantio.” (A. L. 58 anos)

Quanto à dinâmica de trabalho, destacamos o relato:

“Antes ninguém num tinha direito nem de vender um pimentão maduro, nada ninguém tinha direito, se pegasse, em seis mês ninguém via dinheiro, na época era Balcão da Economia, eles fornecia e ia notando, aí quando chegava o tempo ia fazer aquela conta que ninguém entendia ao certo, as vezes tinha algum saldo, outras vezes não tinha nada.” (A. T. 79 anos)

Fica claro por meio das narrativas que as condições de moradia e trabalho eram um tanto precárias e se estabeleceram no início da formação da comunidade, que foi concebida por iniciativa estatal, sendo o mesmo fruto de um projeto de irrigação que pretendia alocar famílias em uma determinada área, dando-lhes terra e casa pra que pudessem trabalhar e fornecer ao estado na figura da empresa Balcão da Economia insumos à medida que a empresa lhes daria como retorno, além de casa e terra, salários para que pudessem ter uma vida mais digna do que a que possuíam no sertão. Porém como pudemos observar, estabeleceu-se uma relação de exploração da mão de obra desses trabalhadores.

Este fato é muito próximo daquilo que trazem as autoras Abreu e Zimmermann (2003), na obra em que discutem o trabalho escravo no meio rural. Assim como no caso de Hortifrutigranjeiro, ambas identificaram em outras localidades do país situações semelhantes, onde mostram como forma mais comum de exploração no meio rural a da dívida, em que o trabalhador deve aos seus empregadores a quantia correspondente a alimentação e ferramentas de trabalho, fornecidos pelo estabelecimento empregador, a preços superfaturados, resultando no endividamento do trabalhador, que acaba nunca recebendo o seu salário ou não saldando totalmente sua dívida. O perfil que ocorreu na maioria dos casos estudados por Abreu e Zimmermann (2003) era de trabalhadores normalmente de regiões pobres, sem recursos, desempregados ou sem-terra, no qual se encaixam nossos entrevistados.

Segundo relato dos nossos entrevistados essa situação estendeu-se por seis anos, e após esse período outra empresa estatal tomou as rédeas dos negócios, a EMPASA:

“Depois entrou um diretor que disse que daquela forma estava errado, precisava ajeitar para o pessoal apurar a mercadoria e pegar também no dinheiro. Assim melhorou um pouco, Na época era balcão da economia, aí passou pra EMPASA depois, foi como melhorou mais pra nós.”(A.T. 79 anos)

Sob a direção da EMPASA os negócios encaminharam-se de forma melhor para os agricultores que passaram a receber pelos produtos e pelo trabalho, à medida que a mercadoria era escoada. Porém como fica ilustrada na fala seguinte, a EMPASA não tem condições de continuar com os agricultores, e eles assumem o comando do local por meio de uma associação que os mesmos criaram:

“Antes quando eu cheguei aqui quem comandava essa área era a EMPASA, a empresa do governo do estado, aí depois essa EMPASA terminou passando tudo pra associação porque não tinha como ela tocar junto com a gente, não tinha como eles tocar pra frente, levar pra frente mesmo, não tinha recurso pra nada e a gente tentando sobreviver aqui não quer sair, não quer voltar mais pra o sertão de onde já veio, aí criamos a associação, através da associação foi feita a divisão dos lotes dos agricultores, divisão de três hectares pra cada chefe de família, com a casa que nem essa em que estamos.”(E. B. 54 anos)

5.2 CONDIÇÕES DE SAÚDE E ALIMENTAÇÃO NA COMUNIDADE HORTIFRUTIGRANJEIRO

“Dez entre dez brasileiros elegem feijão (...) Feijão tem gosto de festa é melhor e mal não faz.”

(O Preto que Satisfaz, Gonzaguinha)

Os moradores de Hortifrutigranjeiro enfrentaram intempéries para conseguirem atendimento nos serviços de saúde da época, que ficavam distantes da comunidade. Segundo Unglert et al (1987) o fator geográfico é fundamental na origem da inequidade do acesso a serviços de saúde, especialmente no que se refere a áreas rurais ou regiões periféricas de grandes cidades. O que fica visível nas narrativas dos moradores é que o acesso à saúde era dificultado pela distância dos centros urbanos e pelo mau atendimento quando conseguiam chegar ao serviço. É possível apreender ainda pelas expressões na primeira e segunda fala o quanto a necessidade por atendimento era um fator angustiante.

“Era difícil! Ou Mamanguape ou nada, aqui quando ia pra Mamanguape tinha vez que quebrava a cara, ninguém era atendido, voltava, ia e voltava, Ia de carro de mão.” (A.T. 79 anos)

“Saúde eita... Sobre isso aí eles num ajudava em nada, aquele dinheirinho que me dava por mês, ali eu ia me virar com aquele dinheiro.”(M.C. 80 anos)

Quando perguntados sobre as condições atuais de saúde e quais são os serviços oferecidos à comunidade obtivemos a seguinte resposta:

“Rapaz se eu disser a você que é boa... nem no país ‘tá’ boa né, imagine na comunidade, mas também não é tão ruim não, aqui não temos, aqui na comunidade não temos posto médico, não temos médico dando plantão aqui, não tem nada, mas tudo é direto pra Camaratuba, lá tem posto medico lá, tem médico, tem enfermeira, os primeiro socorro sempre é prestado lá.”(E.B. 54 anos).

Segundo Victora et al (2011) a criação do Sistema Único de Saúde (SUS), no contexto da nova Constituição de 1988, com participação popular em todos os níveis, possibilitou o acesso da população aos serviços de saúde, principalmente por meio do programa Estratégia da Saúde de Família (anteriormente conhecida como Programa de Saúde da Família) que expandiu a atenção básica em saúde à áreas geográficas específicas e com população, alcançando as regiões mais pobres do país e, em particular, as áreas rurais do Norte e Nordeste, pequenas cidades e bairros periféricos nas áreas metropolitanas.

Observamos na fala do nosso entrevistado que embora as condições de acesso a saúde não sejam impecáveis, a comunidade é assistida pelo Posto de Saúde da Família da comunidade mais próxima o que os ampara em casos de atendimentos de menor gravidade.

No que se refere ao acesso a alimentos e água é possível captar pelas narrativas como os moradores tinham acesso a estes direitos:

“Pagavam o dinheiro das diárias na quinta e no sábado, na sexta chegava o baú ali de baixo, todo mundo ia fazer feira, parecia que eles num queria que a gente gastasse aquele dinheiro noutra canto, mas nesse tempo tinha o balcão da economia, lá era pra vender tudo, aí enchia um carro de cereais, vendia aqui.” (M. C. 80 anos)

“Água era difícil tinha que buscar no rio ou nas fontainha[...]depois que ‘tá’ a irrigação funcionando melhorou demais(...)e alimentação tem nos lote, uma boa parte já tira pra comer e outra pra vender e comprar o resto das outras coisas.”(E.B.54 anos)

No primeiro relato percebe-se na fala um cenário de exploração a que os agricultores estavam submetidos, onde o dinheiro que eles recebiam pelo trabalho era gasto na compra de alimentos, vendidos pela própria empresa empregadora. Além do relato sobre como se dava o acesso aos alimentos, os entrevistados relataram também quais os principais alimentos presentes nas refeições da comunidade atualmente:

“É principalmente feijão. Além do feijão, arroz, macarrão, macaxeira, que a gente mesmo tira, batata doce e verduras.” (A.T. 79 anos).

“Na minha opinião é boa né? Todo mundo se alimenta bem, não sei se como você é nutricionista né se concorda comigo (risos), mas dentro do nosso conhecimento é o que se pode ser feito, a gente se alimenta mais ou menos bem.” (J.C. 49 anos)

A maioria dos entrevistados considerou a alimentação da comunidade como boa, apenas um dos entrevistados, a classificou como monótona, o que pode ser explicado pelo fato desse entrevistado em particular, ter outra nacionalidade, a japonesa, outra cultura e hábitos alimentares diferentes:

“A base é... a maioria é leguminosa, aí tem também, batata, macaxeira, inhame, ou seja, o nordestino não é muito variável em alimentação.” (M.S. 58 anos)

Dentre os entrevistados, apenas dois estabeleceram ligação entre saúde, alimentação e saneamento básico, quando questionados quanto as principais doenças encontradas na comunidade e suas causas:

“Os principais problemas de saúde aqui? rapaz eu num sei lhe dizer, porque um problema de saúde que hoje ataca principalmente os idosos é hipertensão né? Se tivesse a cada quinze dias um médico aqui pra atender, seria melhor. Porque as causas são descontrola na alimentação, sal, comer exageradamente de tudo.” (E.B.54 anos)

E.B apontou a hipertensão como a doença de maior prevalência na comunidade entre os idosos, sendo ele também hipertenso. Segundo Simonetti et al (2002) a hipertensão arterial é a doença mais frequente na população brasileira. Quando não é tratada e controlada, resulta em complicações graves. Existem vários fatores denominados fatores de risco que influenciam no aparecimento ou agravamento da hipertensão arterial, são eles: hereditariedade, idade, raça, sexo, obesidade e sobrepeso, ingestão elevada de sódio, álcool, fumo, estresse emocional, sedentarismo e dietas ricas em gorduras. Fato é, que as orientações para o controle da hipertensão arterial são amplamente divulgadas e um dos meios de mantê-la sob controle é cuidar da alimentação, porém há falta de adesão ao tratamento tanto medicamentoso quanto não medicamentoso.

Já M.S. mostrou certa preocupação com a falta de saneamento básico na comunidade, pois a água que a abastece advém de um poço artesiano perfurado na localidade:

“Não existe saneamento básico né, sistema de esgoto sanitário não existe tratamento então vai chegar um ponto que a nossa água vai ser contaminada.” (M.S. 58 anos)

A preocupação se justifica, pois a falta de saneamento acarreta prejuízos á saúde humana, como nos esclarece Giatti et al (2004) as doenças parasitárias intestinais apresentam-se como sérios problemas de saúde pública principalmente nos países em desenvolvimento, como nosso Brasil. É verificável que tais estorvos à saúde das populações estão diretamente relacionados com precariedades em saneamento básico e a conseqüente degradação ambiental.

Os demais entrevistados apontaram como doenças também prevalentes na comunidade a dengue, “bicho-de-pé”, Acidente Vascular Cerebral, provavelmente como complicação da Hipertensão Arterial, doenças de pele e dor de cabeça, que segundo o entendimento de um dos entrevistados, pode ter como causa o uso/contato com agrotóxicos.

5.3 PARTICIPAÇÃO E MOBILIZAÇÃO DA COMUNIDADE

Como já exposto, a EMPASA assumiu a coordenação da produção agrícola da comunidade. Nova direção, novos funcionários e mesmo “modus operandi”, mas teve um basta quando um dos agrônomos responsáveis alertou os agricultores a cerca da exploração desmedida e despertou o senso de direitos nos mesmos. Assim, mais seguros do que reivindicar, passaram a ter conhecimento do preço dado pela mercadoria e a receber por ela no ato da venda, o que lhes permitiu uma melhora nas condições de vida. Com a falência da empresa os agricultores foram deixados a mercê da própria sorte e a maioria das famílias continuou cultivando a terra, mas baseando-se na agricultura de subsistência, vendendo o excedente como meio de conseguir algum dinheiro para compra de outros itens básicos, enquanto uma parte dos moradores deixou a comunidade em busca de outros meios de vida.

Somente alguns anos depois o projeto de irrigação foi reativado, e com isso alguns dos antigos moradores vieram novamente para o local. Além deles alguns novos interessados também puderam ter parte em lotes abandonados comprometendo-se em produzir na terra. Hoje todos os agricultores da comunidade escolhem o que produzir e produzem por conta própria, angariando recursos para a comunidade por meio da Associação de Irrigadores da Comunidade Hortifrutiganejira, que não possui vínculos de dependência com órgãos governamentais.

Perguntamos quanto à participação popular da comunidade, como buscam seus direitos e de que forma se organizam. Obtivemos os seguintes relatos:

“A gente faz uma reunião e decide o que tem que ser feito, como existe uma associação, o pessoal sempre se une pra decidir o que a gente tem que fazer,

se precisa ir no jurídico ou de alguma forma, não é 100% dos sócios que participam, mas acredito que uns 80% dos sócios participam e a gente decide o que tem que ser feito dentro da comunidade. A gente tem reclamado muito a respeito de melhoramento das estradas que a gente tem corrido atrás, tem buscado os órgãos competentes como prefeitura, vai atrás, mas as vezes a gente não consegue.” (J.C. 49 anos).

Foi possível observar tanto nas falas quanto na própria vivência, como a comunidade se organiza de forma independente no que se refere ao estado. Segundo Gohn (2004), a autonomia civil constitui-se como uma estratégia de evitar alianças que possam reproduzir práticas estatais autoritárias. Temos então que a democracia direta e participativa, exercida de forma autônoma nos locais como moradia, trabalho estudo e etc. descentraliza as lutas que ocorrem muitas vezes apenas nos âmbitos sindicais e partidários, tornando possível a ampliação e pluralização dos grupos organizados que acabam por criar movimentos, associações, instituições e organizações não governamentais, como forma de unir forças em prol de reivindicações em comum dirigidas ao estado. Desta forma é possível observar algumas características em comum entre o que Gohn (2004) trás no seu estudo e a forma como os moradores de Hortifrutigranjeiro se organizam.

5.4 PRODUÇÃO AGRÍCOLA NA COMUNIDADE

“(...)No grito do aboio, no ronco do trator, no canto da colheita, em tudo o seu amor trabalhando a terra, ele está feliz, ele é a força desse país (...)

(O Homem da Terra, Luiz Gonzaga)

A formação da comunidade teve como premissa a oferta de terras para o trabalho no campo. Foi através de agrônomos e técnicos agrícolas que algumas famílias deslocaram-se do sertão para o local, dando início assim a formação da comunidade onde trabalharam com produção agrícola e continuam trabalhando atualmente. Segundo Wanderley (2009) a agricultura familiar, realizada com pequenos proprietários ou agricultores sem terra, dá vida às áreas rurais, criando espaços comunitários que dispõem de certa estabilidade, imprimindo um dinamismo local possível por meio das suas relações familiares e de vizinhança.

A boa relação entre os moradores da comunidade permite que eles se organizem de forma mais harmônica em prol da coletividade, por meio da associação comunitária e de irrigantes, apesar de plantarem e comercializarem a produção de forma independente. Destacaremos algumas falas sobre a produção agrícola, a venda do que é produzido e os olhares que os agricultores têm sobre o modo de produção predominante na comunidade.

“A produção na comunidade é variada. Isso na comunidade ou eu? Olha eu produzo hoje feijão, batata, milho, banana, e a comunidade o que coco, mamão, macaxeira, inhame, é muito variado.”(M. S. 58 anos)

Partindo dessa leitura já é possível perceber que mesmo com pouco espaço para produção por família, três hectares, há uma grande diversidade de lavouras. Isto é possível por meio do consórcio de culturas praticado pelos agricultores da comunidade. Segundo Bezerra et al (2008) o plantio simultâneo na mesma área de duas ou mais espécies cultivadas, é prática comum entre os agricultores das regiões tropicais do mundo e tem subsistido ao longo dos anos, não somente por razões tradicionais, mas também, por certas vantagens que coadjuvaram na sua adaptação ecológica. No entanto, quando se trata de agricultores de baixa renda com pequenas áreas para cultivo, maior atenção deve ser dada ao custo de produção e ao melhor uso da terra. Neste contexto, o consórcio de culturas pode transformar-se numa prática de grande importância para a agricultura de subsistência diante de possíveis adversidades climáticas, pois a adoção do consórcio de culturas assegura ao produtor rural uma exploração mais rentável, de menores riscos, e melhor aproveitamento de espaço cultivável (BEZERRA ,A. P. A. et al, 2008).

Uma parte do que é produzido destina-se ao consumo doméstico e outra à comercialização, que dentre os agricultores da comunidade se dá por meio da venda de alimentos a programas governamentais, venda a atravessadores e comércio pessoal, como veremos a seguir:

“A maioria pra o atravessador, infelizmente. A maioria do produto quem compra é o atravessador, aí do atravessador aí vai pra SEASA, pra os SEASAS né, aqui sai pra Recife, sai pra João pessoa, e muitas vezes sai até pra Natal. A minoria a gente vende na feira livre, no meu caso e no caso de outros aqui dentro.” (J.C. 49 anos)

“Olha mais da metade pro atravessador, atravessador é um mal necessário, não tem como a gente viver sem atravessador (...), você produzindo pouco você consegue vender pro mercado ou pra uma feira, mas a partir do momento que você produz uma certa quantidade você não, você tem que ter um intermediário, pra o intermediário entregar pra outra pessoa pra ser vendido pra o consumidor final, não tem como fugir disso.”(M.S. 58 anos)

É marcante nas falas a figura do atravessador em comparação aos outros meios de venda do que é produzido. Os atravessadores são agentes de comercialização que atuam nas cadeias produtivas como intermediários, independente da origem entre os produtores e os consumidores. Na maior parte dos casos eles aproveitam-se da desorganização e desestruturação dos produtores rurais, principalmente dos pequenos produtores que praticam a

comercialização de forma individual, para adquirir seus produtos a um preço baixo, e revendê-los ao atacado ou varejo a preços determinados por ele próprio, concentrando desta forma o repasse dos produtos e aumentando seu poder de negociação com os clientes. Logo se estabelece uma relação de dependência ao atravessador, onde se têm o agricultor que precisa vender e o consumidor que precisa comprar (OLIVEIRA, A.D.S; MAYORGA, M.I.O, 2005).

Segundo relato dos agricultores da comunidade que fornecem a programas governamentais, as condições de renda e comercialização dos produtos melhoraram um pouco mais, e é o que de uma forma geral pôde ser observado por Sambuichi et al(2014) nos resultados da sua pesquisa, trazendo que dentre as famílias que participam do PAA foi observado aumento da renda dos produtores (52%), do volume de produção (48%), dos preços dos produtos (41%) e da comercialização (38%), além do fortalecimento das organizações dos produtores como associativismo. Todas essas características podem ser vistas na comunidade Hortifrutigranjeiro, de forma acentuada em alguns casos.

Parte dos entrevistados nomeou o modo de produção como agricultura familiar e parte como agronegócio, Segundo a lei nº 11.326 de 2006, considera-se agricultor familiar àquele que pratica atividades no meio rural e que atendam a alguns requisitos específicos como: não deter a área maior do que quatro módulos fiscais, uma unidade de medida agrária que representa a área mínima necessária para as propriedades rurais poderem ser consideradas economicamente viáveis e seu tamanho varia de 5 a 110 hectares conforme o município (LANDAU, E.C. et al, 2012); utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas; dirija seu estabelecimento com sua família, preconizando que esses requisitos ocorram de forma simultânea atendendo ainda aos princípios de sustentabilidade ambiental, social e econômica (BRASIL, 2006).

Alguns desses quesitos são atendidos pelos agricultores da comunidade, que produzem dentro do seu ciclo familiar e possuem a quantidade de módulos fiscais dentro dos limites pedidos, porém a sustentabilidade na produção não acontece de maneira completa, ou possivelmente não é bem compreendida. Na fala de um dos nossos entrevistados podemos perceber qual o conceito que o mesmo tem sobre sustentabilidade e sobre o modo de produção:

“É agronegócio porque a gente precisa negociar, porque só a sustentável é só o que a gente colhe pra comer, mas tem que vender né? É agronegócio.”
(A.T. 79 anos)

Falamos anteriormente sobre a existência de uma associação dos agricultores na comunidade, e que ela se organiza de forma independente a órgãos governamentais, essa falta de vínculo acarreta em ausência de assistência técnica, como cita Godoy et al (2009). Porém, por iniciativa própria os agricultores vêm buscando capacitar-se quanto ao uso de agrotóxicos nas lavouras, demanda que eles observam como necessária para que se possa aperfeiçoar o uso desses defensivos na produção local. O motivo que eles apontam como gerador da necessidade de usar agrotóxicos é o fator climático da região que favorece o aparecimento de insetos e pragas durante todo o ano. Segue fala referente a um grupo especializado em consultora agrária e outras sobre o uso de agrotóxicos.

“A gente usa defensivo, nós vivemos aqui nordeste principalmente é zona tropical, então não existe aquele clima como zona temperada, região temperada, que certa época do ano você, o próprio ambiente, o próprio clima elimina certos insetos, aqui não aqui o inseto que existe agora, existe o ano inteiro, então o controle é muito mais difícil do que numa zona temperada.” (M.S. 58 anos)

Pode-se perceber que há consciência do uso prejudicial dos defensivos químicos tanto para a saúde de terceiros, fato que pode ser observado no relato de J.C. quando cita a necessidade de esperar o tempo de carência antes da colheita, quanto para a própria saúde como vemos neste relato:

“Hoje os problemas de saúde tem vários, né?(...)problema de saúde qual que eu vou dizer meu Deus. Acredito que porque hoje em dia a gente usa muito esses agrotóxico né nesses produtos que a gente tem por aí então, a gente usa muito veneno eu acredito que causa dor de cabeça e outras problemas que existe então eu acredito que através disso . que tem algumas doenças eu acho que tem através disso. Doença de pele por exemplo na comunidade.”(A.T. 46 anos)

Segundo Recena e Caldas (2008) em pesquisa com objetivo de abstrair a percepção dos agricultores familiares de Culturama, Mato Grosso do Sul, sobre o uso de agrotóxicos, dentre os indivíduos que responderam ao questionário e estavam diretamente envolvidos na aplicação desses defensivos alguns consideravam esses produtos como prejudiciais a saúde e outros não. Os que os relataram como prejudiciais classificava-os como veneno, relatando como sintomas típicos de intoxicação dor de cabeça, tonteira e vômitos. Na fala de um dos nossos entrevistados A.T., há o relato de um sintoma em comum, a dor de cabeça, e outro que ele associou ao contato com os agrotóxicos que são as doenças de pele. Ainda segundo Recena e Caldas (2008), apesar de reconhecerem os riscos, alguns agricultores afirmaram que

sem o uso dos agrotóxicos a comercialização dos alimentos seria inviável, o que também se assemelha a fala dos nossos entrevistados.

Quanto às questões relativas à produção agrícola em Hortifrutigranjeiro, percebemos que existem vários pontos positivos, como a consorciação das terras e melhor aproveitamento delas, tanto em espaço e variedade de culturas quanto em preservação da qualidade do solo, a participação em programas governamentais que garantem o escoamento da produção e geração de renda, mas também pontos não tão positivos importantíssimos, como é o caso do uso de agrotóxicos, que precisam de uma atenção especial não somente nesta comunidade, mas também em várias outras no país, pois esta realidade não é exclusiva do nosso objeto de estudo.

5.5 PARTICIPAÇÃO FEMININA NA DINÂMICA DA COMUNIDADE´

“(...)Quem vê por fora, não vai ver por dentro o que ela é, é um risco tentar resumir mulher.. (...)”

(Mulher, Elba Ramalho)

Alguns dos entrevistados consideram que a mulher interfere na escolha do que será plantado, outros consideraram a participação da mulher como ajuda na lida, com tarefas mais leves como a semeadura e a colheita, em casa na provisão de alimentos para o homem que está na roça, e em trabalhos domésticos. A fala a seguir refere-se à influência da mulher na escolha do que será cultivado pela família.

“Influenciam, sempre dão opinião. Dizem num plante muito pra num se perder (risos)”. (E.B. 49 anos)

Segundo Brumer (2004) As atividades executadas preferencialmente por mulheres, no meio rural caracterizam-se, de um modo geral, por serem relacionadas principalmente à limpeza da terra e colheita, a seleção e embalagem dos produtos, ao cuidado de animais, principalmente os pequenos como galinhas e porcos e ainda em alguns casos aos trabalhos da horta, primordialmente se seus produtos forem destinados ao consumo da própria família.

As mulheres, ainda, responsabilizam-se praticamente sozinhas pelo trabalho doméstico, geralmente auxiliado pelas filhas e nesse domínio doméstico, as mulheres têm maior autonomia e tomam as decisões relativas ao preparo dos alimentos, cuidado da casa e da roupa, orientação e educação dos filhos, como também a administração de recursos destinados ao consumo familiar. Porém a importância de sua autonomia e poder nesse domínio, são

consideradas como secundárias, pelos próprios membros da família, em relação às atividades agrícolas (BRUMER, A., 2004).

Apesar de alguns entrevistados terem afirmado que a mulher não influencia na escolha do que será produzido, Segundo Shanin (2008) a importância da mulher é absoluta. Sem ela, a dinâmica de produção não pode sobreviver. Como também não pode sobreviver sem um homem por muito tempo. Pois há uma divisão de trabalho que completa-se a partir da soma dos gêneros. O fato das mulheres, no caso de hortifrutigranjeiro, não interferir fortemente nas decisões sobre a economia e produção familiar não diminui a importância e relevância do papel da mulher na dinâmica de atividades pertinentes a produção agrícola no seu ciclo familiar.

Como já foi colocado, a maior parte do trabalho feminino, ocorre no espaço doméstico. No entanto, segundo Medeiros e Ribeiro (2011) em momentos críticos, as próprias mulheres passam a explicitar publicamente suas necessidades, assumindo responsabilidades, posturas e papéis considerados masculinos. Tornam-se visíveis no espaço público ao participarem ativamente da luta pela terra, pela sobrevivência em momentos de seca, na busca de empregos temporários ou assalariamentos em serviços urbanos ou agrícolas, envolvendo-se nos processos de comercialização, tidos como tarefas masculinas.

Na comunidade que estudamos, algumas mulheres realizam trabalhos além dos domésticos, como a comercialização de frutas, hortaliças e ovos em casa, em colheitas e uma parcela pequena trabalha de forma assalariada. Esses momentos podem ser analisados como impulsos importantes para a independência da mulher rural e para o seu auto-reconhecimento como cidadã e sujeito de sua própria história. Todavia, Valores culturais como família e suas relações hierárquicas e o bem-estar comum em sobreposição à individualidade são alguns aspectos que prevalecem marcantes entre as famílias de agricultores (MEDEIROS, R.M; RIBEIRO, E.M, 2011).

5.6 EXTENSÃO POPULAR E VALORIZAÇÃO DE SABERES POPULARES: UM RELATO

“Não há saber mais ou saber menos: Há saberes diferentes.” A partir da minha vivência na comunidade Hortifrutigranjeiro no município de Mamanguape-PB, pude realmente entender a frase de Paulo Freire, que trago no início deste capítulo. Dentro das paredes da universidade encontramos majoritariamente professores e alunos que sabem muito acerca de algum segmento teórico, e que por esse motivo defendem que só o saber

cientificista, comprovado em laboratório e passível de ser moldado, contestado e reconhecido no meio acadêmico, é realmente o único conhecimento válido.

Meu convívio com a comunidade me fez perceber aquele lugar como um espaço rico em conhecimento, não o científico, mas o conhecimento prático, acerca da vida e das atividades diárias de trabalho dos habitantes do Hortifrutigranjeiro.

Um dos meios para compreender de forma organizada, um pouco a dinâmica da comunidade, foi a leitura do livro *Vivências em comunidades: outra forma de ensino*, escrito pelo Professor Emmanuel Falcão, que traz de forma didática, principalmente por se basear em anos de prática sobre o assunto, pontos a serem observados que facilitam a compreensão do extensionista a cerca do meio físico, social e biológico que rege a comunidade e a forma como a mesma se organiza. Além do livro, os dias de pré-vivência na AGEMTE, Assessoria de Grupo Especializada Multidisciplinar em Tecnologia e Extensão, contribuíram grandemente para que o conteúdo do livro fosse discutido e explanado com todo o grupo que participaria da experiência em várias comunidades. No último dia após os esclarecimentos e compartilhamento de ideias, nós fomos sorteados em duplas ou trios e descobrimos em que comunidade ficaríamos.

Eu e meu colega fomos sorteados para ficarmos os 12 dias de vivência na comunidade Hortifrutigranjeiro, fizemos o deslocamento para o local na tarde do dia 03 de julho e chegamos à Horta a tardinha. Fomos recebidos pelo senhor José Carlos, presidente da associação de agricultores da comunidade, e Dona Neide, sua esposa.

Pela manhã fomos à casa de um dos moradores onde faríamos nossas refeições, pois ficou acordado entre a comunidade que comeríamos em uma casa por dia, O fato de fazermos as refeições em lugares diferentes foi um grande contribuinte para o estabelecimento de vínculo com as pessoas do local, assim tivemos a oportunidade de conhecer várias famílias e conversar abertamente com elas.

Aproveitamos o momento para descobrir um pouco sobre a história da formação da comunidade, e também observar os pontos trazidos por Falcão (2006), que destaco: o meio em que vivem, pois é muito importante entender geograficamente como a comunidade se apresenta, visto que a sua localização é importante para que se entendam suas dificuldades e vantagens; os aspectos sociais para se entender o grau de degradação social a que a comunidade está exposta, quais seus conflitos e fragilidades; outro aspecto observado é o econômico, para que se entenda o modelo produtivo da comunidade; outro aspecto observado é o político, onde são observados os passos que a comunidade dá no campo organizacional;

além desses são observados ainda os aspectos subjetivos como os culturais, religiosos, ambientais e históricos.

Durante a minha vivência todos estes aspectos puderam ser observados, porém o aspecto histórico me chamou mais atenção. Por meio de conversas com moradores mais antigos da comunidade pude conhecer um pouco sobre como se deu a formação da comunidade e por quais transformações ela passou até hoje.

Eles nos contaram que a comunidade formou-se com o apoio do governo, que estava em busca de trabalhadores rurais, que ocupassem a terra e trabalhassem nela como posseiros, predominantemente os agricultores vieram do sertão paraibano, principalmente das cidades de Malta, Condado e Patos. A região se estabeleceu como produtora de hortifrutigranjeiros que tinham como destino a comercialização no Balcão da Economia, o Balcão fornecia tudo que fosse necessário para a produção (adubo, sementes...) e ao final de cada ano o agricultor recebia o pagamento pela produção, descontando-se aquilo que tinha sido fornecido pelo Balcão, no fim alguns produtores tinham saldo e outros não. Ocorria ainda que de quinze em quinze dias os agricultores recebiam o necessário para a compra de mantimentos na cidade e no próprio Balcão da Economia por meio de um carro baú que vendia cereais.

Algum tempo depois com a falência do Balcão, a EMPASA se estabeleceu no local, ela oferecia suporte técnico de agrônomos e os insumos e máquinas necessária a produção dos agricultores. Os agricultores, porém ficavam restritos a produzir apenas o que a EMPASA quisesse, não tendo liberdade alguma de produzir ou vender a qualquer outra instituição ou pessoas que não fosse a EMPASA. Além disso, a produção era comprada por um preço relativamente baixo e vendida a preço de mercado, o que garantia o lucro da empresa. A situação de exploração só foi percebida pelos agricultores, quando um dos agrônomos que trabalhava para a empresa, os alertou quanto ao que estava havendo. Só após este alerta os agricultores romperam laços com a empresa e passaram a produzir e vender seus produtos por conta própria.

Desse modo, pude fazer minha própria reflexão a cerca de tudo que foi discutido na nossa pré-vivência com o professor Falcão, que além de nos mostrar os pontos a serem observados na comunidade nos levou a reflexões sobre o papel transformador que um profissional humanizado e engajado com as causas populares pode ter, como exemplo o papel de um pois agrônomo que trabalhava com a comunidade e discordava do sistema de exploração, e mostrou-se um profissional ético e consciente, os trabalhadores daquela comunidade puderam transformar o modo de trabalho a que estavam fadados. Percebi o

quanto é importante a formação crítica, dialógica, humanizada e problematizadora com postura eticamente promotora de justiça. Fato é que estes conceitos tem se perdido dentro da academia, onde o lucro e a competição são pregados.

A vivência na comunidade contribuiu para que eu ampliasse meu olhar para o quanto as pessoas podem nos ensinar, muito além do que aprenderíamos em uma sala de aula. Coisas simples como educação, amabilidade, cultura, conhecimento prático sobre o solo e de como aproveitá-lo da forma mais diversificada e melhor possível. Outra lição que vou levar para minha vida profissional e pessoal, é o compartilhamento de ideias e saberes e a união para pô-los em prática, como grande mola propulsora para alcançar os objetivos em comum.

Tenho certeza que levo experiência e conhecimento para minha bagagem pessoal e profissional, além da que deixei no hortifrutigranjeiro. Lá conheci pessoas excepcionais, de uma sabedoria incrível e com muito conhecimento a compartilhar, conhecimento este que possivelmente não teria sido assimilado dentro dos limites da universidade. Levo comigo mais afeto e fraternidade, mais vontade de ouvir ativamente os que estarão me falando futuramente em um consultório, mais respeito pelos hábitos alimentares e culturais de cada comunidade, mais sensibilidade e fé na vida.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estágio de vivência na comunidade Hortifrutigranjeiro foi de muita importância para que surgisse o interesse em mergulhar mais da historicidade do local e dos seus moradores. A perspectiva da Educação Popular e da problematização para norteamento da pesquisa foi fundamental para alcançar os resultados expostos neste trabalho, pois a partir do momento em que nos inserimos na realidade da comunidade, através do diálogo e da construção de saberes, estabelecemos vínculos que transcenderam a Extensão Universitária assistencialista.

O estudo nos possibilitou uma aproximação com a dinâmica da comunidade e com as suas reais necessidades socioeconômicas, de forma a nos sensibilizar a atuar com olhar mais amplo sobre a realidade, enquanto profissionais de saúde, considerando não apenas as questões biológicas e técnicas que envolvem o lidar com o indivíduo em particular ou coletivamente.

Desta maneira, foi possível perceber ao analisar os resultados, muitas semelhanças com fatos documentados e compilados por diversos autores, a cerca da trajetória de formação de comunidades, alimentação e saúde, produção agrícola e questões de gênero. Os relatos colhidos durante a nossa pesquisa nos permitiram estabelecer e discutir essas semelhanças, e também as particularidades do nosso local de estudo.

Diante do exposto, torna-se necessário destacar a importância de aprofundar o conhecimento a cerca das raízes históricas, culturais, sociais e econômicas das comunidades que constituem a nossa localidade, a fim de promover e integrar ações que alcancem de forma útil as necessidades dos locais onde os profissionais de saúde e afins estão inseridos.

Contudo, sabemos que ainda faz-se necessário a realização de mais estudos que fomentem impactos que a Extensão Popular, como esta experiência promovida pelo ENEC, podem trazer tanto para os estudantes e profissionais, como também para as comunidades em que eles estão ou estarão inseridos. Assim poderemos analisar em prática um dos princípios da Extensão Popular: construir novos saberes, estimular o diálogo e a participação comunitária, possibilitando a transformação da realidade social.

REFERÊNCIAS

ABREU, L. L.; ZIMMERMANN, D. J. Trabalho escravo contemporâneo praticado no meio rural brasileiro: abordagem sócio-jurídica. **Revista do Tribunal Superior do Trabalho**, Brasília, v. 69, n. 2, p. 139-153, jun/dez2003.

ALVES, K.L. O golpe civil-militar de 1964 e os movimentos de educação de base e cultura popular. **Revista Espaço Ética: Educação, Gestão e Consumo**. São Paulo, n. 01, p. 117-132, jan./abril. 2014.

ASSUMPÇÃO et al. **Educação Popular na Perspectiva Freiriana**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.

BENZAQUEN, J. F. A universidade popular dos movimentos sociais: entrevista com o prof. Boaventura de Sousa Santos. **Educação & Sociedade**, Campinas v. 33, n. 120, p. 917-927, 2012.

BEZERRA, A. P. A. et al. Rendimento, componentes da produção e uso eficiente da terra nos consórcios sorgo x feijão-de-corda e sorgo x milho. **Revista Ciência Agrônômica**, Fortaleza, v. 38, n. 1, p. 104-108, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental. **Proposta curricular para a educação de jovens e adultos**: primeiro segmento do Ensino Fundamental. São Paulo/Brasília: MEC, 2001.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Política Nacional de Educação Popular em Saúde. **Comitê Nacional de Educação Popular em Saúde** – CNEPS Brasília:SGEP, 2012.

BRASIL. Lei n. 11.326 de 24 de julho de 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11326.htm Acesso em 20 de abril de 2016.

BRASIL, Secretaria Geral da Presidência da República. **Marco de Referência da Educação Popular para as Políticas Públicas**. Brasília: Secretaria Geral, 2014.

BRUMER, A. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. **Estudos feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 205-227, 2004.

CRUZ, P.J.S.C. et al, **Educação Popular na Universidade**: reflexões e vivências da Articulação de Nacional de Extensão Popular (Anepop). São Paulo: Hucitec Editora Ltda, 2013.

CASILLAS, C.A.L. Processo de Reflexão Coletiva Sobre a Vigência e Desafios da Educação Popular. In: UNESCO. **Educação popular na América Latina**: desafios e perspectivas. Brasília: UNESCO, MEC, CEAAL, 2005.

FALCÃO, E. **Vivência em Comunidades**: outra forma de ensino. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2006.

FALCÃO, E. **Vivência em Comunidades**: outra forma de ensino. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2014.

FREITAS, A. L. S; MACHADO, M. E. Formação com educadores/as e os desafios da práxis da Educação Popular na Universidade. **Educação**, v. 33, n. 2, 2010.

GIATTI, L. L. et al. Condições de saneamento básico em Iporanga, Estado de São Paulo. **Rev Saúde Pública**, v. 38, n. 4, p. 571-577, 2004.

GODOY, C. M. T. et al. A Legislação ambiental e os dilemas da agricultura familiar. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 4, n. 2, p. 913-916, 2009.

GOHN, M. G. Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais. **Saúde e sociedade**, v. 13, n. 2, p. 20-31, 2004.

HADDAD, S; PIERRO, M.C.D. Escolarização de jovens e adultos. **Educação como Exercício de Diversidade**, Brasília, n. 14, p. 108-194, 2000.

LANDAU, E. C. et al. Variação geográfica do tamanho dos módulos fiscais no Brasil. **Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, Centro Nacional de Pesquisa de Milho e Sorgo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Documentos/Embrapa Milho e Sorgo, ISSN**, p. 1518-4277, 2012.

LANDIM, F. L. P.; LOURINHO, L. A., LIRA, R. C. M.; SANTOS, Z. M. S. A. Uma reflexão sobre as abordagens em pesquisa com ênfase na integração qualitativo-quantitativa. **Revista Brasileira em Promoção da Saúde**. v. 19, n. 1, p. 53-58, 2006.

MACIEL, K. F. O pensamento de Paulo Freire na trajetória da educação popular. **Educação em Perspectiva**, Viçosa, v. 2, n. 2, p. 326-344, jul./dez. 2011.

MINAYO, M.C.S. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, p. 621-626, 2012.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 8.ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

MEDEIROS, R. M; RIBEIRO, E. M. O papel da mulher na agricultura familiar: dois estudos de caso. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, v. 5, n. 1, 2011.

NETO, J.F.M. EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: bases ontológicas. In: NETO, J.F.M. et al. **Extensão Universitária: diálogos populares**. João Pessoa: UFPB, 2002.

OLIVEIRA, A. D. S.; MAYORGA, M. I.O. Os impactos da participação do atravessador na economia do setor agrícola: um estudo de caso. In: **Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural-SOBER**, 43. Ribeirão Preto, 2005.

- PAIVA, V. **História da Educação Popular no Brasil: educação popular e educação de adultos**. 6 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2003. Disponível em: <[https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=d4lize1JjAAC&oi=fnd&pg=PA4&dq=PAIVA,+V.P.,+\(1973\).+Educa%C3%A7%C3%A3o+popular+e+educa%C3%A7%C3%A3o+de+adultos&ots=tZYs3XTQOT&sig=Eq aQESYtGQojxNN9jnA_9SLBELE#v=onepage&q&f=false](https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=d4lize1JjAAC&oi=fnd&pg=PA4&dq=PAIVA,+V.P.,+(1973).+Educa%C3%A7%C3%A3o+popular+e+educa%C3%A7%C3%A3o+de+adultos&ots=tZYs3XTQOT&sig=Eq aQESYtGQojxNN9jnA_9SLBELE#v=onepage&q&f=false)> Acesso em: 14 de março de 2016.
- PEREIRA, D.F.F; PEREIRA, T.P. Revisitando a História da Educação Popular no Brasil: em busca de um outro mundo possível. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n.40, p. 72-89, dez.2010.
- PALUDO, C. Educação Popular: dialogando com redes latino americanas (2000-2003). In: PONTUAL, P., IRELAND, T. (ORG.). **Educação Popular na América Latina: diálogos e perspectivas**. Brasília: Ministério da Educação, UNESCO, 2006. 55 p.
- QUARESMA, S. J; BONI, V. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**, [SI], v.2, n. 1, 2005.
- RECENA, M. C. P; CALDAS, E. D. Percepção de risco, atitudes e práticas no uso de agrotóxicos entre agricultores de Culturama, MS. **Rev Saúde Pública**, v. 42, n. 2, p. 294-301, 2008.
- RIBEIRO, K.S.Q.S. A Experiência na Extensão Popular e a Formação Acadêmica em Fisioterapia. **Cad. Cedes**, Campinas, v. 29, n. 79, p. 335-346, set./dez. 2009.
- ROCHA, J.C. **A Reinvenção Solidária e Participativa da Universidade**: um estudo sobre redes de extensão universitária no Brasil. Tese (Doutorado em Educação) -Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006.
- SAMBUICHI, R.H.R. et al. Compras Públicas Sustentáveis e Agricultura Familiar: experiência do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). In: **Políticas agroambientais e sustentabilidade : desafios, oportunidades e lições aprendidas**. Brasília: IPEA, 2014
- SANTOS, B. S; FILHO, N. **A universidade no século XXI: para uma universidade nova**. Coimbra: Almedina, 2008.
- SHANIN, T. Lições Camponesas. In:PAULINO, E.T; FABRINI, J.E. **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2008. p. 23-47.
- SIMONETTI, J; BATISTA, L; CARVALHO, L. R. Hábitos de saúde e fatores de risco em pacientes hipertensos. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, v.10, n.3,p. 415-422, 2002.
- TAVARES, M. T. G. Educação Popular e movimentos sociais contemporâneos: algumas notas para reflexão. **Revista da FAEEBA – Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 24, n. 43, p. 49-61, jan./jun. 2015.

TRIGUEIRO, Osvaldo Meira. Globalização e Identidade Cultural: o impacto da televisão numa comunidade rural paraibana (Nordeste do Brasil). **Biblioteca on-line de Ciências da Comunicação (bocc)**, 1999.

UNGLERT, C. V. S. et al. Acesso aos serviços de saúde uma abordagem de geografia em saúde pública. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 21, n. 5, p. 439-446, 1987.

VASCONCELOS, E.M; CRUZ, P.J.C. **Educação popular na formação universitária: reflexões com base em uma experiência**. São Paulo: Hucitec; João Pessoa: Editora Universitária da UFPB; 2013.

VICTORA, C. G. et al. Saúde no Brasil 6: Condições de saúde e inovações nas políticas de saúde no Brasil: o caminho a percorrer. **Lancet**, v. 377, n. 9782, p. 90-102, 2011.

VINUTO, J. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, Campinas, v.22, n. 44, p. 203-220, ago/dez. 2014.

WANDERLEY, M.N. B. O agricultor familiar no Brasil: um ator social da construção do futuro. In: Petersen, P. **Agricultura Familiar Camponesa na Construção do Futuro**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009. cap. 3, p. 33-45.

APÊNDICES

APÊNDICE A

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE EDUCAÇÃO E SAÚDE
UNIDADE ACADÊMICA DA SAÚDE
CURSO DE BACHARELADO EM NUTRIÇÃO**

**PROJETO DE PESQUISA: VALORIZAÇÃO DE SABERES POPULARES ATRAVÉS DE VIVÊNCIA
EM COMUNIDADE: UMA EXPERIÊNCIA DE EXTENSÃO POPULAR**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, _____, fui convidado(a) a participar da pesquisa **VALORIZAÇÃO DE SABERES POPULARES ATRAVÉS DE VIVÊNCIA EM COMUNIDADE: UMA EXPERIÊNCIA DE EXTENSÃO POPULAR**.

Foi-me esclarecido que o objetivo do estudo é relatar vivência de Extensão Universitária, orientada pela Educação Popular, na comunidade Hortifrutigranjeiro-Mamanguape/PB e refletir sobre a importância da valorização de saberes populares para construção compartilhada de conhecimento.

A minha participação na pesquisa é voluntária e, portanto, não sou obrigado(a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelo Pesquisador(a).

Estou assegurado(a) que, caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerei nenhum dano.

É do meu conhecimento que poderei recusar responder qualquer pergunta, assim como interromper ou me retirar a qualquer momento, sem que explicações me sejam solicitadas ou venha a sofrer qualquer tipo de dano ou prejuízo.

Esta pesquisa não representa riscos diretos para minha saúde ou bem estar. Os benefícios serão a ampliação do conhecimento sobre a comunidade na qual faço parte.

Caso eu queira tirar alguma outra dúvida ou solicitar algum esclarecimento poderei entrar em contato com os pesquisadores envolvidos com o projeto a qualquer momento.

Não terei custo ao participar deste estudo. Fui informada de que estão garantidos e assegurados o sigilo e o anonimato, que os dados serão gravados e usados apenas para fins do estudo, que a guarda deles é de responsabilidade da UFCG, que o acesso aos dados será feito somente pelos pesquisadores, e que a divulgação dos resultados ocorrerá sob a forma de Trabalho de Conclusão de Curso, artigos em publicações científicas, eventos científicos ou profissionais, dentre outros.

Concordo em participar voluntariamente neste estudo e declaro que todas as minhas dúvidas foram respondidas. Embora concordando em participar, não estou desistindo de nenhum direito.

Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido (a) e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e para publicação dos resultados. Estou ciente que receberei uma cópia desse documento.

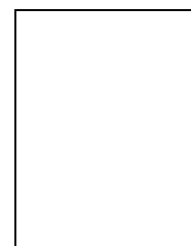
Assinatura do Participante da Pesquisa

Assinatura do(a) Pesquisador(a) Responsável

Assinatura do(a) Pesquisador(a) Participante

OBS: (Em caso de não alfabetizado – acrescentar)

Assinatura da Testemunha



Endereço do Pesquisador Responsável:
Profa. Luciana Maria Pereira de Sousa
Rua Olho D'Água da Bica, s/n, Cuité-PB,
CEP 58175-000
Fone: (83) 98840-1289

Endereço do Comitê de Ética em Pesquisa do HUAC
Comitê de Ética em Pesquisa do Hospital Universitário Alcides Carneiro - HUAC, Universidade Federal de
Campina Grande, Rua: Dr. Carlos Chagas, s/n, São José, CEP 58.107-670, Campina Grande/PB

APÊNDICE B



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE EDUCAÇÃO E SAÚDE
UNIDADE ACADÊMICA DE SAÚDE
CURSO DE BACHARELADO EM NUTRIÇÃO
CUITÉ-PB

INFORMAÇÕES GERAIS

Entrevistadora: _____ Data ____/____/____
 Entrevistada(o): _____
 Idade ____ Sexo _____ Endereço: _____
 Estado civil: _____ Moradia: _____ N° de pessoas no
 domicílio: _____ Tempo de residência na comunidade:
 _____ Ocupação: _____ Escolaridade: _____
 Religião: _____ Pertence ou pertenceu a alguma organização
 política/social: _____

HISTÓRIA LOCAL

História da Comunidade

Gostaria que você contasse um pouco da história da comunidade, de acordo com o que já ouviu outras pessoas contanto e com sua própria experiência enquanto moradora dessa comunidade.

Como você veio morar na comunidade de hortifrutigranjeiro? Me fale um pouco sobre como era a comunidade quando você veio morar aqui.

Como se deu a divisão dos lotes de terra pra cada agricultor?

Como eram as primeiras casas do local? O que mudou?

Saúde

Gostaria que você contasse um pouco como é a saúde da comunidade. Quais os serviços de saúde são oferecidos e onde vocês encontram atendimento de trabalhadores da saúde por aqui?

E antes, quando alguém precisava de atendimento médico, o que era feito? (doenças, partos etc.)

Quais os principais problemas de saúde são encontrados na comunidade? Na sua opinião, quais as possíveis causas desses problemas?

Onde vocês se abasteciam de água e comida? E hoje, como fazem para garantir acesso a água e alimentação?

Como é a alimentação dos moradores da comunidade? Quais os principais alimentos estão presentes na refeição? Existe alguma dificuldade para garantir as refeições diárias?

Educação

Gostaria que você me contasse como é a educação nessa comunidade. As crianças e jovens da comunidade tinham acesso a escola? Me conte um pouco sobre como eles faziam pra frequentar as salas de aula. E hoje, o que mudou?

Cultura

Gostaria que você contasse como é a cultura aqui na comunidade. Existe alguma atividade cultural?

A religião é presente na comunidade? Como era antes? E hoje, o que mudou? Quais locais na comunidade as pessoas costumam se reunir para celebrações ou rituais? Tem alguma festividade religiosa tradicional na comunidade?

Existem grupos de música, dança ou teatro? Quais as atividades realizadas

Participação Popular

Como os moradores da comunidade reivindicam seus direitos? Existe algum sindicato ou associação? Existe Conselho Local de Saúde ou Conselho Comunitário? Como se organizam? Quem participa?

Quais as principais queixas dos moradores da comunidade? Aonde fazem suas reclamações? Como lutam pela garantia de seus direitos?

PRODUÇÃO AGRÍCOLA

- A produção da comunidade é variada? O que produzem? E antes, quais os principais produtos produzidos? O que mudou?
- Quem escolhe o que vai plantar? Como é feita essa escolha? Qual o papel das mulheres nessas decisões?

- Como você classifica/nomeia/intitula o modo de produção agrícola praticado na comunidade hoje? É o mesmo de anos atrás?
- Sabemos que algumas culturas são mais trabalhosas de cuidar que outras, alguns insetos e pragas podem prejudicar a produção. Como vocês fazem para combater essas pragas?
- Como se dá a venda da produção de vocês? Para quem esses alimentos são vendidos? Há a figura do atravessador?
- Como é a relação de vizinhança entre vocês? Há conflitos? Quais?
- Quanto as terras vocês já tem o título delas? (se sim, me conte um pouco sobre as dificuldades enfrentadas até essa conquista).